



**UNIVERSIDADE DO MINHO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS**

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A DIPLOMACIA:
SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE**

MARLENE HELENA DELGADO

Mindelo, 2015



UNIVERSIDADE DO MINDELO

Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais
Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

A Diplomacia:

Sua contribuição no processo de desenvolvimento de Cabo Verde

AUTORA: MARLENE HELENA DELGADO

ORIENTADOR: DOUTOR DANIEL MEDINA

Mindelo, 2015

Declaração de Originalidade

Declaro que este trabalho é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia

A Candidata,
Marlene Helena Delgado

Mindelo, 18 de Dezembro de 2015

Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais.

À minha mãe Eliza Delgado e
ao meu filho Deivid Delgado

Agradecimentos

Esta licenciatura, é fruto de muitas parcerias, na qual reconheço a importância de cada um, e sendo assim gostaria de deixar a minha sincera gratidão a todos.

Agradeço a Deus pela minha existência e por ter-me amparado sempre.

Agradecimentos especial a minha mãe Eliza Brito Delgado, pelo carinho e apoio que vem me dando incansavelmente ao longo da minha vida, tentando de tudo para me encaminhar sempre nos melhores caminhos. A ela, o meu amor e minha gratidão vão muito além do que eu possa expressar por meras palavras.

Ao meu filho Deivid P. Delgado, que é a minha força de viver e razão da minha luta.

Ao governo de Cabo Verde, na qual sem a atribuição da bolsa seria praticamente impossível a conclusão desta licenciatura.

Obrigado a todos aqueles que contribuíram generosamente com seus conhecimentos e documentos.

A todos os meus colegas pelo convívio e amizade, em especial as minhas amigas Alécia Monteiro, Belinda Pinto, Francisca Lopes, Jamira Oliveira, Irody Monteiro, pelo carinho, incentivo e constante preocupação no evoluir desta monografia.

A minha amiga Liudmila Sousa, pelo carinho e por ter me ajudado num dos momentos mais difíceis dessa jornada, me oferecendo um lar e conforto, um dos motivos pela qual a realização desse trabalho foi possível.

Ao meu orientador Doutor Daniel Medina pelo apoio, responsabilidade e exigência.

Aos meus entrevistados Doutor Corsino Tolentino, Eng. Carlos Fortes, Dr. Aristides Brito, Dr. Osvaldo Neves, Dr. Joaquim Gomes e Dr. Helder Silva, pela gentileza e disponibilidade.

A todos os familiares e amigos que de alguma forma me apoiaram durante esses cinco anos de luta, um muitíssimo obrigado.

“Temos que aprender sempre, nos livros e na vida, e pensar pelas nossas próprias cabeças.” (Amílcar Cabral)

Resumo

A presente monografia, que tem como título: A Diplomacia e sua contribuição no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, tem por objectivo analisar o percurso da diplomacia na caminhada para o desenvolvimento de Cabo Verde.

A diplomacia é extremamente importante na vida de um país, e neste caso, Cabo Verde sendo um pequeno Estado insular e sem recursos, não poderia deixar de reconhecer e aproveitar dos benefícios dessa arte. Deste modo procuramos demonstrar o percurso feito por Cabo Verde, através do bom uso dos meios diplomáticos.

O trabalho, numa primeira parte, analisa esse percurso feito pela diplomacia no contexto interno, tentamos buscar explicações científicas na cena internacional, descrevendo a sua evolução, definindo-a e analisando os seus elementos no contexto internacional, como forma de melhor compreender a sua contribuição dada no país. Já num segundo momento apresentaremos a evolução da diplomacia em Cabo Verde, tentando demonstrar a sua contribuição uma vez que, a diplomacia conduziu o país a um patamar bastante satisfatório.

Podemos dizer que manter relações diplomáticas com outros países foi das melhores estratégias adoptadas pelo país na qual tem-se desenvolvido uma intensa actividade diplomática visando o desenvolvimento de Cabo Verde.

Palavras-chave: Diplomacia, Relações Diplomáticas, Cabo Verde, Desenvolvimento.

Abstract

The objective of this monograph, entitled “Diplomacy and its contribution in the developing process of Cape Verde”, is to analyze the path diplomacy has taken in Cape Verde’s development.

Diplomacy is of paramount importance in a country’s life, namely, in a small insular and devoid-of-resources country like Cape Verde. Consequently, we intend to demonstrate the course Cape Verde has followed through the adequate use of diplomatic means.

In the first part of the paper, and in order to better comprehend that domestic course followed by diplomacy, we sought scientific explanations in the international arena, while describing, defining and analyzing the components of Cape-Verdean diplomacy in the international context. And in the second part, we examine Cape-Verdean diplomacy and try to demonstrate its contribution, inasmuch as diplomacy has led Cape Verde to a quite satisfactory level.

We can assert that maintaining diplomatic relations with other countries was one of the best strategies implemented by Cape Verde, which developed an intensive diplomatic activity for the sake of its development.

Key words: Diplomacy; diplomatic relations; Cape Verde; development.

Índice geral

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	vi
Índice de Figuras	xi
Lista de Siglas	xii
CAPITULO I.....	1
INTRODUÇÃO	1
Objectivos Gerais	2
Objectivos Específicos	2
Hipóteses.....	2
Metodologia	2
CAPITULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
2.1. Breve evolução histórica da diplomacia.....	5
2.2. Conceitos de Diplomacia	7
2.4. Instrumentos da Diplomacia.....	9
2.5. Finalidade da Diplomacia.....	10
2.6. Relação entre Política Externa e Diplomacia	10
CAPITULO III – ANÁLISE DA ACTIVIDADE DIPLOMÁTICA	13
3.1. Função do diplomata	13
3.1.1. Representação Simbólica	13
3.1.2. Representação legal.....	13
3.1.3. Representação política.....	13
3.2. As Missões Diplomáticas	13
3.3. Distinção Conceitual ou de Natureza Jurídica entre Privilégios e Imunidades.	14
3.3.1. Teoria da extraterritorialidade	15
3.3.2. Teoria do carácter representativo	15
3.3.3. Teoria da necessidade funcional.....	16
3.4. Funções das Missões Diplomáticas.....	16
3.4.1. Representação.....	17
3.4.2. Informação	17
3.4.3. Negociação	18

A Diplomacia: Sua contribuição no processo de desenvolvimento de Cabo Verde

3.4.4. Promoção.....	20
3.4.5. Protecção.....	20
3.4.6. Extensão externa do serviço público.....	21
3.5. Princípios e Métodos da Negociação Diplomática.....	21
3.5.1.A preparação da negociação;.....	21
3.5.2. A condução da negociação.	22
3.5.3. Fases do processo negocial	22
CAPITULO IV - HISTORIAL DA DIPLOMACIA CABO-VERDIANA	25
4.1. Posicionamento Face a Ordem Internacional.....	26
4.2. O não alinhamento mitigado	27
4.2.1. O Não-Alinhamento e a liberdade de pensamento e de acção	29
4.3. A diplomacia cabo-verdiana no período 1975-1990	30
4.4. A Diplomacia Cabo-verdiana no período 1991- 2015	36
4.5. Breve apreciação sobre os dois momentos da diplomacia Cabo-verdiana na perspectiva dos entrevistados.	39
CAPITULO V - A DIPLOMACIA CABOVERDIANA AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO	42
5.1. A Diplomacia Política	42
5.2. Diplomacia Económica	43
5.3. Diplomacia Cultural	45
5.4 A Diplomacia Pública	47
CAPÍTULO VI: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE.....	50
6.1. Relações Diplomáticas entre Cabo Verde e África	50
6.2. Parceria especial Cabo Verde e União Europeia.....	53
6.3. Graduação de Cabo Verde à País de Desenvolvimento Médio.....	56
6.4. A diáspora como motor de desenvolvimento de Cabo Verde	58
6.5. Os principais parceiros de Cabo Verde	62
6.5.1. Parceria Cabo Verde / Portugal.....	63
6.5.2. Cabo Verde e Brasil	64
6.5.3. Cabo Verde/ China.....	66
6.5.4. Parceria Cabo Verde e EUA.....	67
CONCLUSÃO	68
RECOMENDAÇÕES	70

A Diplomacia: Sua contribuição no processo de desenvolvimento de Cabo Verde

BIBLIOGRAFIA.....	71
ANEXOS.....	75
Anexo A – Guião de Entrevista.....	75

Índice de Figuras

Figura 1 - Pilares da Parceria Especial.....	55
Figura 2 - Quadro de Evolução dos critérios de saída de Cabo Verde dos PMA 2003 e 2006.	56

Lista de Siglas

- ACC – Acordo de Cooperação Cambial
ACP – África, Caraíbas e Pacífico
APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
CRCV - Constituição da República de Cabo Verde
CEDEAO- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CV – Cabo Verde
CILSS - Comité Inter-Estados para a Luta contra a Seca no Sahel
CNUCED – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
CPLP – Comunidade dos países de Língua Portuguesa
EUA - Estados Unidos da América
UE - União Europeia
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação
FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI - Fundo Monetário Internacional
MNE – Ministério Negócios Estrangeiros
MCA - Millennium Challenge Account
MPD – Movimento para a Democracia
ONU - Organização das Nações Unidas
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMS - Organização Mundial da Saúde
PAIGV- Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde
PAICV - Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PMA - Países Menos Avançado
PDM – País de Desenvolvimento Médio
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM - Países de Rendimento Médio

PIC - Programa Indicativo de Cooperação

PIR – Programas Indicativos Regionais

PIN - Programas Indicativos Nacionais

PAC - Planos Anuais de Cooperação

PADES - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário

RFA - República Federativa da Alemanha

RUP – Regiões Ultraperiféricas

RPC - República Popular da China

RPH - República Popular da Hungria

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Educação

UNICEF - Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

O presente trabalho que se intitula, a diplomacia: sua contribuição no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, tem como objectivo principal mostrar como a inserção de Cabo Verde no ambiente internacional vem tendo um impacto significativo ao longo do percurso para o desenvolvimento do país.

A diplomacia é de extrema importância para qualquer país, uma vez que é o meio pelo qual o Estado conduz a sua política externa para alcançar um fim desejado, e neste sentido, torna-se fundamental analisar como um pequeno Estado vulnerável como Cabo Verde, graças a uma utilização inteligente dessa arte de negociar vem alcançando os objectivos traçados, ou seja, o desenvolvimento do país, tendo em conta a situação precária que se encontrava quando este decidiu usar de todos os meios para se libertar do colonialismo, e dar ao seu povo uma vida digna.

Diplomacia é um termo que existe a séculos mas pode-se dizer que em Cabo Verde a sua existência se deu poucos anos antes da independência, ou seja, trata-se de uma área bastante falada desde há longos anos no contexto internacional, mas em Cabo Verde, só passou a ser utilizada nos anos sessenta durante as negociações para libertação do país, uma vez este se encontrava isolado há cerca de cinco séculos. Talvez por ser um termo recente no arquipélago explica o fato de termos encontrado dificuldades no acesso a bibliografia nessa matéria.

No início do trabalho faremos uma pequena explanação a cerca da diplomacia a nível internacional sobre a sua origem, faremos também, uma confrontação de conceitos da diplomacia de acordo com a opinião de vários autores, quais os elementos que a compõe e sua finalidade, para melhor compreendermos como esta arte de negociar evoluiu neste pequeno país, que se deparou com uma situação extremamente miserável, mas que conseguiu resolver os problemas mais urgentes, adoptando uma das melhores estratégias, ou seja, sair do isolamento e estabelecer relações com o mundo, procurando assim, os recursos de que não dispunha para garantir a sobrevivência e a liberdade do seu povo, sendo as prioridades dos dirigentes na altura.

Em seguida, entramos no caso concreto de Cabo Verde, explicando a sua evolução desde a independência até a actualidade, de forma a demonstrar a sua contribuição no processo de desenvolvimento do país, e os desafios que ainda tem a alcançar, uma vez que o nosso arquipélago teve grandes conquistas mas ainda há muita luta para sustentar as fraquezas existentes e alcançar o patamar desejado, ou seja o desenvolvimento.

Objectivos Gerais

O objectivo deste estudo é descrever e compreender o papel que as relações diplomáticas vêm desempenhando no processo de desenvolvimento de Cabo Verde desde a independência até a actualidade.

Objectivos Específicos

- Analisar o percurso da diplomacia no contexto internacional
- Descrever a evolução da diplomacia em Cabo verde
- Identificar os impactos sobre a economia nacional
- Descrever o contributo das relações diplomáticas na resolução dos grandes problemas de cabo verde
- Identificar e caracterizar os principais parceiros de cv.

Hipóteses

Hipótese 1: A iniciativa de cabo verde em estabelecer relações com o ambiente internacional foi um grande contributo para o desenvolvimento do arquipélago.

Hipótese 2: Os desafios que Cabo verde tem ainda que enfrentar para alcançar o patamar desejado são maiores que as dificuldades encontradas no seu processo de integração regional.

Hipótese 3: Cabo verde não tem vindo a aproveitar da melhor forma as oportunidades externas de negócio.

Metodologia

Tendo em conta que o estudo realizado tem como base uma ciência social, a ciência política e tratando-se de um tema bastante abrangente, a metodologia escolhida teve como base principal um objecto de estudo que se integra numa análise intensiva, ou

seja, uma análise qualitativa de obras bibliográficas, de documentos institucionais e políticos.

Para complementar a parte teórica, fizemos algumas entrevistas à diplomatas e não diplomatas, de forma a termos opiniões diversificadas sobre o tema em estudo. Também recorremos a internet na procura de elementos que pudessem ajudar no nosso estudo.

Para uma boa articulação da investigação e tratando-se de um tema que abrange varias áreas, o trabalho foi dividido em cinco capítulos e estes por sua vez repartem-se em subtítulos, onde pretendemos introduzir, explicar e analisar os elementos que julgamos ser importantes para compreensão do tema em estudo.

Assim sendo, no primeiro capítulo, procuramos situar o leitor sobre o que será o conteúdo analisado nesse estudo, através da introdução, dos objectivos geral e específicos, como também das hipóteses e metodologia utilizado para alcançar os objectivos pretendidos.

O segundo capítulo incidiu sobre os conceitos da diplomacia, suas funções, instrumentos e finalidades, ainda tratando-se de um tema que evoluiu muito ao longo dos séculos fez-se uma breve resenha histórica. Também procuramos fazer uma distinção entre os conceitos de diplomacia e política externa, uma vez que muitas vezes nos confundem.

No terceiro capítulo fez-se uma análise mais aprofundada da actividade diplomática desde os elementos que a compõem, teorias que a sustentem até a sua protecção e finalidades.

Já o quarto capítulo centra-se no caso concreto de Cabo Verde onde tentamos abordar a evolução da actividade diplomática que marcou profundamente o arquipélago desde da luta pela independência até a actualidade. Ainda neste capítulo mostraremos os ganhos alcançados desde o pós-independência a actualidade.

No quinto capítulo debruçamos sobre as várias diplomacias desenvolvidas por Cabo Verde mostrando a importância que cada um vem dando no processo de desenvolvimento do país.

O sexto e último capítulo foi dedicado a inserção de Cabo Verde no mapa mundial, não só através das relações estabelecidas entre o arquipélago e os vários parceiros, tanto a nível bilateral como multilateral, mas também mostrou a sua inserção através dos cabo-verdianos espalhados pelos quatro cantos do mundo.

Por último fez-se uma breve conclusão, não deixando de confirmar as hipóteses colocados no início do trabalho.

Justificativa

A situação em que vivemos no país, comparado a história que ouvimos dos nossos antepassados é algo bastante interessante, e que desperta muito interesse para um estudo aprofundado de forma a esclarecer as nossas dúvidas, dúvidas essas que advém do facto de perguntarmos, como é que um pequeno país insular e vulnerável conseguiu ultrapassar os grandes problemas que se deparou logo depois da sua independência, e caminhar rumo ao desenvolvimento. Sendo a diplomacia um dos meios encontrado para ultrapassar os numerosos desafios do país, isto é, a diplomacia cabo-verdiana figurou-se como o principal motor de desenvolvimento do país, e deste modo, tornou-se para mim pertinente estudar esse tema, além do mais, é um tema que está intimamente ligado a minha área de estudo, ou seja na área de relações internacionais, onde desejo num futuro próximo continuar esse estudo para aprofundar mais os meus conhecimentos adquiridos no desenrolar dessa investigação.

CAPITULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Breve evolução histórica da diplomacia

De acordo com Silva (1990), “Os povos sempre tiveram a necessidade de manter relações entre si, por isso as relações diplomáticas precederam a formação do Direito Internacional, como meio de defender os interesses de cada grupo social politicamente organizado perante os outros, de evitar situações que pudessem conduzir á luta armada entre eles e de por termo a esta, quando não fosse possível evita-la.

Segundo Numelin (1950), (apud Magalhães, 1995), os povos primitivos já enviavam mensageiros entre as diversas tribos para tratarem de assuntos de interesse comum. Para ele, “a ideia internacional, ou pelo menos inter-tribal, é tão velha como a existência de comunidades políticas independentes, quer sejam tribos primitivos ou antigos Estados, cidade ou impérios.”

Na mesma linha de pensamento, Magalhães (1995), afirma que, “Em todas as civilizações da antiguidade se recorreu ao uso de intermediários ou diplomatas nas relações entre povos diferentes, só que em cada civilização os enviados eram designados por um nome diferente sendo: nuntius, legatus, plesbeis, missus ou procurator.”

Até que todas estas designações de enviado ou mensageiro vieram a ser suplantadas pela designação de embaixador que começou a difundir-se na Itália no século XIII. Admite-se geralmente que esta designação provém da palavra de origem celta ou germânica ambactus que significava vassalo, servidor, membro da comitiva de um senhor.

Com a evolução das sociedades, criaram-se os Estados, que começaram a estabelecer relações mútuas, surgindo então a necessidade do reconhecimento da actividade diplomática, e os primeiros registos dessa actividade ocorreram na Grécia antiga, durante a guerra do Peloponeso.

Segundo Moreira (2011), no século V a.C. “os gregos tinham construído um complicado aparelho diplomático; estabeleceram princípios para a declaração da guerra, para fazer a paz, para a ratificação de tratados, arbitragem, neutralidade, troca de embaixadores, funções dos côsules, estatutos de aliança, naturalização, asilo, extradição e práticas marítimas.”

Já os romanos não conseguiram desenvolver um método e um aparelho diplomático, foi então estabelecido um sistema normativo (*jus gentium*) para as relações entre os cidadãos romanos e os estrangeiros, mas no domínio do poder político aplicou mais um método de subordinação do que de negociação. Por outro lado, considera-se que a maior contribuição romana para a diplomacia foi o princípio *pacta sunt servanda*.

Na Idade média, a partir sobretudo dos séculos X e XI verifica-se uma intensificação maior da actividade diplomática, ou seja, do emprego de intermediários nos contactos e negociações entre monarcas e senhores feudais.

Para CASTRO (2012), “ao longo dos tempos, houve também uma transformação no que tange à natureza estrutural da diplomacia, ou seja, da amplamente aceita que era a diplomacia secreta do século XII, ao do século XIX com a total abolição legal da mesma, instituindo a diplomacia aberta e publicista.”

No início da Idade Moderna, a instituição diplomática sofreu uma transformação profunda, ganhou uma maior importância e extensão, uma vez que, todas as grandes potências europeias criaram embaixadas permanentes, a França foi aquela que levou mais tempo a estabelecer um sistema de representação diplomática permanente.

Contudo para Cunha (1990) “parece terem sido a Igreja Católica e as cidades comerciais italianas, especialmente Veneza, os primeiros a utilizar as representações diplomáticas com carácter permanente, graças a consagração da dissolução da *Respublica Christiana*, em 1648, com a Paz de Westefália e o sistema de equilíbrio político.”

Na opinião de Magalhães (1995), às negociações que culminaram com a assinatura em 1648 do Tratado de Westefália constituem não só um marco histórico a partir do qual a diplomacia sofreu notável expansão, como também inauguraram um novo método diplomático, a chamada diplomacia multilateral.

Segundo Vieira (2012), Após a primeira Guerra Mundial, a Diplomacia entra em declínio (pelo menos na sua forma tradicional), provocado em larga medida pela convicção que despontou e se generalizou de que ela não só não evitou aquele conflito, como concorreu poderosamente para a sua eclosão.

Ainda para este autor¹, é “a partir desta altura que, a Diplomacia passa a ser encarrada como um meio de execução da política externa dos Estados, exercida por intermédio de negociações pacíficas.”

Já na época contemporânea a diplomacia multilateral foi institucionalizada com a criação de diversas organizações internacionais de tipo regional ou universal. Ainda nesta época foram estabelecidas as primeiras regras convencionais e ampliadas a outros aspectos da actividade diplomática, criando-se um verdadeiro estatuto internacional do agente diplomático, na Conferência de Viena sobre relações diplomáticas de 1961.

2.2 Conceitos de Diplomacia

Segundo Moreira (2011), “O mais importante instrumento da política internacional é, ainda hoje, a diplomacia, que pode ser definida como uma arte da negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados.”

Na mesma ordem de ideias, Hans Morgenthau (2003), afirma que a diplomacia compreende “a formação e a execução da política externa a todos os níveis” tendo como objectivo primário a “promoção do interesse nacional por meios pacíficos”

Enquanto que Hedley Bull (apud COSTA, 2011) acrescenta que a noção de diplomacia como arte e estratégia de condução das relações externas não deverá ser apenas aplicada aos Estados mas também a outras entidades políticas e sujeitos que tomam parte do sistema internacional.

Segundo “ Bath, Sérgio (1989) (*apud* Costa 2010),

Diplomacia é um dos instrumentos da política externa de um determinado Estado, simbolizando a consciência geral de que existe uma sociedade internacional, que media o interesse nacional através da identificação dos interesses compartilhados pelas unidades políticas. É uma facilitadora da comunicação entre os líderes políticos dos Estados, reunindo informações relevantes sobre os mesmos em uma actividade de inteligência que é aceita e reconhecida como legítima no cenário internacional.

Já Amaral (1997), afirma que a “diplomacia compreende todos os meios pelos quais os Estados estabelecem ou mantêm relações mútuas, comunicam uns com os outros ou interagem política ou juridicamente, sempre através dos seus representantes autorizados”.

¹ Idem ou id

A diplomacia, a acção dos Estados no plano externo, particularmente a dos “países pequenos”, como é o caso de Cabo Verde, parafraseando Silvino da Luz (1991), não deve ser senão:

“A arte de saberem viver no mundo, defendendo os seus interesses supremos, conquistando mais e melhores amigos, criando espaços dignos para uma adequada inserção na divisão internacional do trabalho, alargando as possibilidades para uma cooperação multiforme baseada na não ingerência nos assuntos internos e no respeito pela independência, defendendo os princípios que postulam que, todos, no plano internacional, são iguais em Direito”. (Silvino da Luz, 1991, p.4)

Para LAN BROWNLIE (1997), “a diplomacia compreende todos os meios pelos quais os Estados estabelecem ou mantêm relações mútuas, comunicam uns com os outros ou interagem política ou juridicamente, sempre através dos seus representantes autorizados”.

Em termos gerais, podemos definir diplomacia, segundo Vieira (2012), “como um processo que apela a aplicação da inteligência e do tacto na condução de relações oficiais entre governos de Estados soberanos, procurando resolver os seus antagonismos por meios pacíficos”.

2.3. Funções da diplomacia

Hans Morgenthau (2003), defende que a diplomacia, tomada em seu sentido mais amplo, que abarca todo o escopo da política externa, pode-se dizer que a sua função se apresenta por meio de quatro facetas:

1. a diplomacia precisa determinar os seus objectivos a luz do poder disponível, tanto de fato como em potencial para a condução desses objectivos;
2. tem de ser capaz de avaliar os objectivos das outras nações perante os respectivos recursos disponíveis, potenciais e efectivos;
3. ela precisa determinar até que ponto esses diferentes objectivos são compatíveis entre si;
4. Por fim a diplomacia tem de empregar os meios apropriados para a concretização desses objectivos, sob pena de se comprometer o sucesso da política externa e, com ela a paz do mundo.

Morgenthau considera, ainda, que “o fracasso de qualquer destas funções” pode por em risco o “sucesso da política externa” e, em consequência, pode por em risco a

própria “paz mundial”, reconhecendo que” a diplomacia que acaba na guerra falhou o seu primeiro objectivo”.

Essas quatro tarefas da diplomacia representam os elementos básicos de que é feita a política externa, em qualquer parte e em todos os tempos. A necessidade de representar essas quatro funções é tao antiga e difundida como a própria política internacional.

Pode-se dizer que até mesmo o chefe de uma tribo primitiva que mantinha relações políticas com outra tribo vizinha desempenhavam essas quatro funções, para ter êxito e preservar a paz.

2.4. Instrumentos da Diplomacia

Na linha de pensamento do mesmo autor², a diplomacia é de longe o instrumento privilegiado, embora não o único de relacionamento entre os Estados com o mútuo objectivo de concretizarem os respectivos interesses nacionais, e para o seu funcionamento a diplomacia dispõe de dois instrumentos organizativos:

1. Os serviços de assuntos externos, ou estrangeiros assediados nas capitais dos países respectivos, ou seja, um departamento responsável pela formulação da política externa, que constitui, pode dizer-se, o “cérebro” desta política, recebendo as informações de todo o mundo, armazenando-as e analisando-as;
2. Os representantes diplomáticos, enviados pelos serviços exteriores para as capitais das nações estrangeiras. No fundo pode-se dizer que os representantes diplomáticos são os olhos, os ouvidos e a boca do departamento nacional encarregado dos negócios estrangeiros.

Para este autor³, constitui tarefa última de uma diplomacia inteligente, zelosa por preservar a paz, escolher acertadamente os meios apropriados de perseguir os seus objectivos, sendo basicamente três os meios a disposição da diplomacia: **persuasão, compromisso e ameaça do uso da força.**

A arte da diplomacia consiste em pôr o ênfase correto, em cada um destes três meios, sem menosprezar nenhum deles, porque há que saber utilizar simultaneamente a persuasão, aproveitar as vantagens do compromisso e impressionar a outra parte com a capacidade militar do Estado.

² Idem ou ibid

³ Idem ou id

2.5. Finalidade da Diplomacia

Segundo CASTRO, (2012), quanto a finalidade a diplomacia pode ser de:

Cunho Presidencial	chefe de Estado com o seu activismo externo
Parlamentar	congresso e suas articulações internacionais
Consular	prática consular e de assistência a cidadãos no exterior
Comercial	promoção comercial e económico-financeira do país no exterior
Militar	aditâncias militares nas sedes das missões diplomáticas.

Para este autor, a **diplomacia consular** representa um pilar importante também para o desenvolvimento económico e social dos Estados além de sua vocação natural para a promoção cultural e para o intercâmbio académico-científico.

Acrescenta ainda que a prática diplomática se estrutura, especialmente, na defesa dos interesses nacionais por meio da construção permanente do entendimento, da harmonia e da cooperação entre os diversos atores intrnacionais.

2.6. Relação entre Política Externa e Diplomacia

A diplomacia é muitas vezes confundida com outros conceitos como por exemplo, com funções políticas dos Estados, com negociação, mas é mais frequentemente confundida com política externa, tanto na linguagem corrente como também nas obras dos especialistas de assuntos internacionais.

Esta confusão é tão forte e tão generalizada entre os próprios internacionalistas, que levou Magalhães (1995), a concluir que, a maioria ou quase totalidade das obras intituladas “história diplomática” não se ocupa da história da diplomacia mas sim da história das relações externas ou da política externa de determinados países, e até mesmo os especialistas em matéria diplomática propriamente dita, não escapam a esta confusão de conceitos.

Santos (2009), também faz referência a esta confusão e, acrescenta que :

“a diplomacia não é confundida só com política externa, mas também com negociação e mesmo com outros instrumentos cuja função primária é a gestão ou a resolução pacífica de conflitos internacionais, na medida em que, tal como a negociação, a diplomacia se refere, a uma funcionalidade instrumental utilizada para a concretização de uma finalidade específica”. (Santos, 2009, p. 227)

Uma vez que esta tentação para o uso indiscriminado destas palavras é muito frequente, e sendo a política externa e a diplomacia vectores privilegiados de perscrutação do percurso histórico- político da nação cabo-verdiana, torna-se indispensável precisar estes dois conceitos.

Antes de mais, que sentido exacto damos ao termo diplomacia? Será ele sinónimo de política externa?

Em boa verdade, não existe essa equivalência. A política externa é o conjunto de opções de um país no que toca à sua colocação no mundo e às suas relações com os outros países, enquanto a diplomacia é uma actividade através da qual se aplica a política externa. A diplomacia é instrumental face à política externa.

No entendimento de Costa (2014), “a diplomacia é o instrumento político de condução das relações externas e uma ferramenta que a elite diplomática e os líderes governamentais, ao mais alto nível de representação, fazem recurso para planear e executar a política externa.”

Já a política externa, é o conjunto de políticas, decisões e orientações estratégicas adoptadas pelos Estados com o propósito de nortear o seu relacionamento externo, político, económico, cultural e militar com outras potências internacionais, cuja prossecução produz implicações directas no ambiente externo envolvente.

Christopher Hill (2003), (apud Costa e Pinto 2014, p. 6), por seu turno, define a política externa como a soma das relações externas oficiais conduzidas por um actor independente, geralmente um Estado, num sistema internacional cada vez mais interdependente e globalizado. A política externa constitui, assim, a tentativa de um Estado influenciar ou controlar os acontecimentos fora das suas fronteiras.

Para Magalhães (1995), a diplomacia, pode ser definida como “um instrumento da política externa, para o estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários, mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes”.

E a política externa é utilizada para designar o sector da actividade do Estado que se destina a obter um determinado resultado em relação a outro Estado ou grupo de Estados, ou seja, é o conjunto das decisões e acções de um Estado em relação ao domínio externo.

A Diplomacia: Sua contribuição no processo de desenvolvimento de Cabo Verde

Podemos ver que é unânime o entendimento desses politólogos acerca desses conceitos. Porém, é necessário ressaltar que diplomacia é diferente de política externa dos Estados, pois a primeira é um dos meios pelo qual o chefe de estado executa e planeja a política externa do Estado, cujo desempenho é incumbido aos agentes diplomáticos, enquanto a política externa é o próprio chefe de Estado que elabora e a desenvolve.

Também pode-se concluir que não é possível falar de diplomacia sem se referir a política externa, porque executar a política externa implica necessariamente o emprego de meios diplomáticos.

CAPITULO III – ANÁLISE DA ACTIVIDADE DIPLOMÁTICA

A actividade diplomática ou actividade exercida pelos agentes diplomáticos, podem oferecer um elevado grau de complexidade, tornando-se necessário fazer uma análise dos vários elementos que a compõem, começamos pelas suas funções.

3.1. Função do diplomata

Os diplomatas⁴, na perspectiva de CASTRO (2012), exercem três **funções** básicas em nome do seu governo, sendo: simbólica, legal e política.

3.1.1. Representação Simbólica

Antes de qualquer coisa, o diplomata representa simbolicamente o seu País. Tais funções servem para comprovar, de um lado, o prestígio em que é tido o seu país no exterior e, de outro, o prestígio com que o seu próprio país vê o governo junto ao qual ele o representa;

Ainda hoje, mesmo em regimes políticos onde o governo é responsável pela condução da política externa, é sobre o Chefe de Estado que recai a função simbólica de nomear Embaixadores e de receber as credenciais dos diplomatas estrangeiros. No passado, a ligação ao soberano era bem mais que simbólica.

3.1.2. Representação legal

O diplomata é o representante legal do seu país, pode ser autorizado a assinar tratados e a transmitir ou receber documentos ratificados mediante os quais um tratado já assinado passa a vigorar. Ele dá protecção legal aos seus compatriotas que se encontrem no exterior;

3.1.3. Representação política

Os diplomatas têm de avaliar os objectivos de outras nações, bem como o poder real e potencial disponível para buscar esses mesmos objectivos. Para esse fim, eles precisam estar informados sobre os planos do governo junto do qual estão acreditados. Esta é, de longe, a sua actividade mais importante.

3.2. As Missões Diplomáticas

Segundo Cunha (1990), entende-se por missão diplomática, o conjunto de pessoas, formado pelo agente diplomático acreditado junto de um Governo estrangeiro, e

⁴ Diplomata é todo aquele que faz parte do serviço diplomático, ou seja, todos os que, seja qual for o seu grau e função, fazem parte do pessoal encarregado da representação de um Estado junto de um Governo estrangeiro ou pertencem ao pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros do mesmo Estado.

por todos os que lhe estão ligados a qualquer título funcional, ou a função de que está encarregado aquele conjunto de pessoas junto do Governo que o recebe.

No entender deste autor, “as missões diplomáticas constituem o instrumento por meio do qual o Estado acreditante exerce uma função de carácter público no território do Estado acreditário”.

As missões diplomáticas podem ser de duas categorias: **missões permanentes**, que são serviços públicos do Estado acreditante instalados com carácter permanente no território do Estado acreditário, e as **missões especiais**, são as missões diplomáticas temporárias enviadas por um Estado a outro, com o consentimento deste último, para tratar com ele de certas questões específicas ou concretizar um objectivo determinado.

3.3. Distinção Conceitual ou de Natureza Jurídica entre Privilégios e Imunidades.

Para que as funções possam ser exercidas livremente, é necessário garantir ao chefe da missão e aos seus membros, certas prerrogativas, designados de privilégios e imunidades diplomáticas.”

A questão dos privilégios e imunidades foi muito discutida ao longo do tempo, com objectivo de se encontrar uma justificativa plausível, o que actualmente é praticamente unânime no entendimento da maioria dos autores.

Na doutrina mais antiga sustentou-se que os privilégios seriam concedidos pelo Estado local discricionariamente, sem corresponderem, portanto, a uma obrigação jurídica internacional, baseando-se apenas na cortesia internacional e no Direito de cada Estado, podendo, por isso, ser mais ou menos extensos. Pelo contrário, as imunidades seriam fundadas no Direito Internacional e, conseqüentemente, de concessão obrigatória pelos Estados, nos termos definidos por aquele Direito.

NUYEN DINH. et al. (2003), argumentam que as imunidades jurisdicionais, seriam fundadas directamente no direito internacional, apenas elas estabeleceriam as limitações à soberania do Estado acreditador e impor-se-iam como tais perante ele. Pelo contrário os privilégios dependeriam exclusivamente do direito interno do Estado acreditador que teria plena competência para os conceder ao Estado acreditante.

Enquanto que, para Fauchille (apud NUYEN DINH. et al. 2003), os privilégios variam “segundo o belo prazer dos diversos Estados, uns acordam-nos de uma forma mais ampla, outros de uma forma mais restrita.

Outros autores, como verdross, refutam qualquer distinção; eles sustentam que privilégios e imunidades são termos equivalentes e que tanto uns como outros repousam unicamente sobre o direito internacional. Esta tese é favorável ao Estado acreditante.

Já a convenção de Viena foi marcante ao adoptar uma solução intermédia. As imunidades são na totalidade fundadas no direito internacional ao passo que para os privilégios, se alguns têm uma origem no direito internacional, outros são simples medidas de cortesia a propósito das quais o direito internacional se exprime em termos permissivos e não imperativos.

Estes privilégios e imunidades que encontram-se discriminados na convenção de Viena sobre relações diplomáticas de 1961, são os seguintes: Inviolabilidade dos locais da missão, dos seus bens móveis, dos respectivos arquivos e documentos e liberdade de comunicação da missão para fins oficiais.

Autores como, Cunha (1990), e (NGUYEN QUOC DINH et al. 2003); para fundamentar a concessão das imunidades e privilégios, ambos baseiam nas mesmas teorias sendo três essas teorias:

3.3.1. Teoria da extraterritorialidade

Em virtude da teoria da exterritorialidade, consideram que o agente diplomático não deixou o território do Estado acreditante, se bem que exerça as suas funções no território do Estado acreditário. A mesma teoria se aplica aos locais da missão.

Trata-se da teoria mais antiga, e, baseia-se numa ficção que está há muito abandonada pela doutrina, pois, na prática conduziria a soluções juridicamente erradas, como por exemplo, no caso de um criminoso de direito comum se refugiar nos locais da missão, aplicando o princípio da exterritorialidade, a sua entrega as autoridades locais só poderia efectivar-se mediante um processo de extradição.

3.3.2. Teoria do carácter representativo

Segundo a teoria do carácter representativo, é nesta qualidade que os membros da missão, e em especial o seu chefe, beneficiam dos privilégios e imunidades porque concedendo-as, o Estado acreditário fá-lo em homenagem à dignidade e a independência do Estado acreditante e de quem o chefia.

3.3.3. Teoria da necessidade funcional

A teoria da necessidade funcional, ou a que reúne as concepções funcionais modernas das instituições jurídicas, fundamenta os privilégios e imunidades na sua necessidade, como condição *sine qua non*, do exercício independente da função diplomática. É a teoria mais aceitável porque permite evitar o abuso na sua utilização, ou seja estabelece o equilíbrio entre as necessidades de ambos os Estados.

3.4. Funções das Missões Diplomáticas.

A necessidade de regulamentar juridicamente as funções das missões diplomáticas levou a uma precisão, no âmbito do direito internacional público, dos vários elementos fundamentais em que se decompõe a actividade diplomática, elementos estes que estão discriminados na “Convenção de Viena sobre relações diplomáticas”, de 18 de Abril de 1961.

Assim estipula o artigo 3º da CVRD, que as funções de uma missão diplomática consistem, nomeadamente, em:

- a) Representar o Estado acreditante junto do Estado acreditador;
- b) Proteger no Estado acreditador os interesses do Estado acreditante e de seus nacionais, dentro dos limites estabelecidos pelo direito internacional;
- c) Negociar com o Governo do Estado acreditador;
- d) Inteirar-se por todos os meios lícitos das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditador e informar a esse respeito o Governo do Estado acreditante;
- e) Promover relações amistosas e desenvolver as relações económicas, culturais e científicas entre o Estado acreditante e o Estado acreditador.

Magalhães (1995), faz uma enumeração exaustiva dessas funções prevendo, por conseguinte, a existência de uma outra, mas que são considerados como acessórios, já que uma actividade diplomática pode muito bem ser concebida só com a informação, a representação e a negociação, mas não significa que os outros não sejam importantes, sendo os seguintes:

- a) Representação; b) informação; c) negociação; d) promoção; e) protecção; f) extensão externa do serviço público.

3.4.1. Representação

A representação como elemento constitutivo da actividade diplomática define-se como o conjunto das actuações do agente diplomático que tem um carácter puramente representativo, ou seja, de simples afirmação de presença ou responsabilização do Estado em nome do qual atua.

Para além das actividades de representação social, como sejam recepções e banquetes oficiais ou particulares, a representação diplomática compreende a presença do agente diplomático em inúmeros actos oficiais em relação aos quais o Estado hospedeiro requiere ou espera a sua presença. Por outro lado, o agente diplomático em determinadas circunstâncias tem que falar em nome do seu país e assumir até compromissos para com as autoridades estrangeiras junto das quais se acha acreditado.

A Convenção de Havana sobre funcionários diplomáticos, de 2 de Fevereiro de 1928, se afirmava no seu preâmbulo que “os funcionários diplomáticos não representam, em caso algum, a pessoa do Chefe de Estado, e sim o seu governo.”

Enquanto os especialistas do direito internacional público sustentam hoje, na sua generalidade, que o chefe da missão diplomática *representa o Estado* que o acredita junto doutro Estado.

As actividades de representação das missões permanentes junto de organizações internacionais são certamente menores do que aquelas que incubem às missões bilaterais, mas nem por isso elas deixam de constituir uma parte importante da actuação da diplomacia multilateral.

Já no que toca à representação no seu aspecto de responsabilização do Estado acreditante, pode dar-se o caso de, em certas OI de grande dinamismo, a actividade representativa da missão multilateral ser extremamente intensa e superior à mesma actividade de certas missões bilaterais.

3.4.2. Informação

A informação constitui uma das actividades principais do agente diplomático. Trata-se de uma actividade vastíssima cujos limites são traçados apenas pelo interesse ou necessidade que o Estado acreditante tem em conhecer certos aspectos da vida do Estado acreditado.

O agente diplomático acreditado num determinado país tem a sua disposição uma imensidade de elementos sobre os mais variados aspectos da vida desse país que poderá recolher, seleccionar, analisar e remeter para os serviços nacionais de que depende.

Existem desvios da normalidade diplomática sendo um deles a obtenção de informações por meios ilegítimos, a que, eufemisticamente, se chama geralmente “recolha clandestina” (*clandestina colectivo*), o que significa, naturalmente espionagem.

A informação diplomática propriamente dita é de vária natureza, pode ser vastíssima, e obtida por meios legítimos, necessitando assim de numeroso pessoal para a sua simples recolha. É este um princípio fundamental que decorre da própria essência da diplomacia e que se acha também consagrado no direito internacional.

Enquanto que para Winston Churchill, (apud Magalhães, 1995, p.150), “O zelo e a eficiência de um representante diplomático mede-se pela qualidade e não pela quantidade de informação que fornece.”

Assim sendo, é importante que os chefes de missão saibam seleccionar as informações importantes antes de transmiti-los aos serviços centrais, pois a informação deve ser breve, altamente selectiva e honesta, ou seja sem subterfúgios ou falsas asserções destinadas a reforçar a sua credibilidade ou o seu interesse.

A honestidade na informação é essencial para que ela possa, na verdade, ser tomada na devida conta. E a credibilidade, tal como a virgindade, quando se perde uma vez, nunca mais se recupera. O autor afirma ainda que a um agente diplomático conhecido pela sua competência, integridade e bom senso, são-lhe permitidas afirmações que a um outro agente com menos crédito são consideradas intoleráveis.

3.4.3. Negociação

A negociação, é considerada por Magalhães (1995), como a parte mais importante da actividade diplomática, e indica dois conceitos de negociação internacional:

Um mais amplo, que cobre todos os variados contactos entre Estados com vista a uma possível concertação de pontos de vista ou atitudes, e constitui grande parte da actividade normal do agente diplomático, que é *a negociação informal*.

Outro mais restrito, que respeita apenas aos contactos entre Estados, através de um mecanismo especialmente montado para o efeito com vista à celebração de um acordo, geralmente escrito, sobre um problema específico de interesse comum ou recíproco, que poderemos designar por *negociação formal*.

A negociação quer seja formal ou informal, pode revestir, duas formas distintas: tratar-se de uma negociação feita directamente pelos detentores do poder político, *negociação directa*, ou tratar-se de uma negociação feita por intermediários, que é a verdadeira *negociação diplomática*.⁵

O autor americano Fred Charles Iklé, (apud Magalhães 1995, p.153), também define a negociação internacional de carácter formal, como o “processo pelo qual propostas explícitas são apresentadas ostensivamente com o objectivo de alcançar um acordo pela troca ou pela realização de um interesse comum onde existem interesses opostos ou em conflito”.

Ainda, de acordo com Magalhães⁶, a negociação diplomática pode ser de duas espécies: a **bilateral**, que dá-se entre duas partes, ou **multilateral**, envolvendo mais de duas partes, e costuma ocorrer no âmbito de conferências ou de organizações internacionais.

Neste contexto, parafraseando Santos (2009), a negociação consiste no estabelecimento e desenvolvimento de contactos entre representantes de dois ou mais Estados, no sentido de conseguirem uma concertação ou um consenso sobre procedimentos, perspectivas, posicionamentos e atitudes relativos a interesses comuns ou recíprocos.

Contudo Santos (2009), afirma, que os compromissos internacionais decorrentes de um processo negocial revestem geralmente a forma de acordos, convenções ou alianças, constituindo os tratados a sua expressão mais comum, enquanto actos jurídicos bilaterais ou plurilaterais formalizados entre estados soberanos, através dos seus representantes.

O autor acrescenta ainda que, a importância intrínseca da negociação decorre da sua própria natureza processual, que envolve contacto, comunicação, informação, dinâmica relacional interactiva, pressupondo o aprofundamento dos níveis de conhecimento mútuo, mesmo que o objectivo final de um desejado entendimento, não seja alcançado.⁷

Segundo Jonsson (2002), (apud Santos 2009, p.231), no plano das relações políticas entre estados soberanos a negociação constitui, assim, “o modo primário e predominante de se alcançarem decisões conjuntas”.

⁵ Ibidem ou ibid.

⁶ Ibidem ou ibid.

⁷ Ibidem ou ibid.

Passamos agora para uma análise dos outros elementos constituintes da actividade diplomática, que são considerados por Magalhães como acessórios ou complementares dos outros elementos acima mencionados:

3.4.4. Promoção

A promoção pode definir-se como o conjunto das acções exercidas pelo agente diplomático no sentido de criar ou incrementar certo tipo de relações entre o Estado acreditante e o Estado receptor. Esta pressupõe por conseguinte a iniciativa e a impulsão.

A promoção constitui o elemento impulsionador ou dinâmico da actividade diplomática através do qual se intensifica a representação, se origina e incrementa a negociação e se dá maior vida aos outros elementos da actividade diplomática procurando desenvolver as relações entre Estados em todos os seus aspectos.

Quando se fala em promoção evidenciam-se, dois aspectos: a promoção das relações económicas e das relações culturais. Isto deve-se ao facto dessas relações serem dois sectores onde o factor concorrencial e a necessidade de actuação específica dentro de cada Estado, mais se fazer sentir.

Nos regimes totalitários esta actividade era designada pela palavra propaganda, aliás com inteira propriedade, pois a palavra latina provém de propagare, ou seja, difundir, disseminar, espalhar.

3.4.5. Protecção

A protecção consiste por um lado, na protecção de certos interesses específicos do Estado acreditante e, por outro lado, na protecção genérica dos interesses dos cidadãos do Estado acreditante junto do Estado receptor.

Quanto aos interesses específicos do Estado que o diplomata representa são, fundamentalmente, de duas categorias:

- 1) o cumprimento de obrigações do Estado receptor para com o Estado acreditante;
- 2) a defesa dos interesses patrimoniais do Estado acreditante no Estado receptor.

Mas a função protectora do diplomata abrange, além disso, a protecção dos direitos e interesses dos nacionais do Estado que representa. Essa representação é múltipla e variada e levanta, naturalmente, muitos problemas de carácter essencialmente jurídico.

3.4.6. Extensão externa do serviço público

Esta actividade refere-se a necessidade que os cidadãos de um determinado Estado, quando se encontram no território de outro Estado, a título permanente ou transitório, têm por vezes em recorrer aos serviços públicos nacionais para o exercício dos seus direitos ou o cumprimento das suas obrigações.

Esta necessidade evidenciou-se primeiramente com a passagem de navios de um Estado aos portos de outro Estado, e hoje com o desenvolvimento das comunicações rodoviárias e aéreas, a necessidade de uma extensão externa dos serviços públicos para o regular escoamento desse tráfego, aumentou consideravelmente.

3.5. Princípios e Métodos da Negociação Diplomática

Na análise dos princípios e métodos da negociação diplomática temos a considerar, segundo Magalhães, (1995, p.155) duas fases distintas: a preparação e a condução da negociação

3.5.1.A preparação da negociação;

O primeiro princípio a reter em matéria de negociação é o de que a sua **preparação** constitui um elemento fundamental ou decisivo para o seu êxito. A necessidade de uma cuidada preparação aumenta naturalmente com o grau da importância e da complexidade da negociação.

Para o bom andamento de uma negociação, durante a recolha de informações há que ter em conta, não apenas a preparação da negociação, mas também conhecer os objectivos e os condicionalismos de ambas as partes, porque enquanto não existirem objectivos definidos de parte a parte em quaisquer encontros internacionais não se poderá dizer que existem negociações.

Analisada a informação disponível e definido o objectivo da negociação torna-se necessário traçar a *estratégia da negociação*, que poderá definir-se como o conjunto sistematizado de meios para se conseguir alcançar o objectivo fixado para a negociação. A tática da negociação consistiria, por outro lado, no conjunto das formas de actuação utilizadas pelo negociador no decurso da negociação.

É evidente que a adopção de uma estratégia adequada constitui também uma das condições essenciais para o sucesso de uma negociação, e a adopção de estratégias diversas

ou contraditórias, pela confusão que lança no campo contrário dificulta seriamente ou impossibilita a negociação.

A fase da preparação da negociação completa-se com a designação do negociador e da sua equipa de apoio. É óbvio que as qualidades do negociador constituem um factor importante no sucesso de uma negociação. Trata-se de uma função que compete inteiramente ao poder político.

3.5.2. A condução da negociação.

Nesta fase há que ter em conta a tática da negociação, ou seja, o conjunto das várias formas de actuação que o negociador utiliza para conseguir realizar os objectivos fixados politicamente para a negociação. A adopção da tática da negociação é uma função exclusiva do negociador.

A necessidade de organizar a negociação especialmente quando se trata de negociações complexas e que envolvem grande número de participantes, levanta inúmeros problemas de ordem tática que podem ir desde a configuração da mesa da conferência à fixação da ordem do dia.

Aprovada uma ordem do dia, a condução das negociações deve prosseguir por forma expeditiva. Todas as medidas que possam ser tomadas para abreviar as discussões e mantê-las dentro dos devidos limites, afastando tudo o que é irrelevante para a negociação, contribui para o seu sucesso.

Outros princípios importantes a ter em conta na condução das negociações são o de negociar de boa fé, evitar falsidades, usar de boas maneiras, ter uma argumentação coerente, manter a calma em todas as circunstâncias e criar um ambiente favorável entre as equipas de negociadores.

3.5.3. Fases do processo negocial

Alguns autores como Zartman e Berman, (1982), (apud Santos, 2009, p. 231), consideram que as **fases fundamentais no processo negocial, são três designadamente:**

- a) **a fase de diagnóstico ou pré-negociação**, na qual se procede à consideração sobre as vantagens da negociação. A tática da pré-negociação consiste nas “tentativas de demonstrar que uma situação já penosa pela ausência de negociações, se tornará pior no futuro, ou que pode ser melhorada através do mecanismo das negociações”.

Nesta fase, podem ocorrer duas situações em que se reconhece a pertinência da decisão de se iniciar um processo negocial, quando todas as partes envolvidas estão de acordo sobre a necessidade de uma solução, e quando estão de acordo sobre a inevitabilidade da unanimidade da solução.

b) **a fase de formulação ou definição de soluções**, uma vez que a negociação é apropriada quando novas soluções têm de ser inventadas para substituir soluções anteriores inaceitáveis ou quando novas soluções têm de ser criadas perante novos problemas que surgem.

c) **a fase dos detalhes ou da elaboração de acordos**, na qual a negociação pode levar as partes a um acordo em que uma e outra façam concessões mútuas (*transacção*), à renúncia à pretensão de uma delas (*desistência*), ou ao reconhecimento da pretensão da contraparte (*aquiescência*).

Este processo é defendido também por Santos (2007) (apud Marques 2009, p.232), que de uma forma mais simples explica que a evolução de um processo negocial se desenvolve em torno de **três aspectos interactivos**:

a) Os objectivos centrais, fundamentais da negociação;

b) A evolução da negociação em termos das concessões ou cedências, incluindo a alteração dos limites originalmente previstos de flexibilidade negocial;

c) a dinâmica geral do processo, em termos de progressos sectoriais conjugados, ou seja, o ritmo dos desenvolvimentos, é essencial para o bom êxito da negociação e depende, em última análise, da evolução dos contactos que se processam de acordo com o estabelecido na fase preparatória.

Podemos concluir que a negociação é uma ferramenta importante no dia-a-dia de qualquer pessoa ou País, e que o sucesso de uma negociação é tanto maior quanto mais satisfatório for para ambas as partes, por isso é essencial o estabelecimento e hierarquização de objectivos no sentido de se estabelecerem prioridades e, também saber quais as estratégias e táticas a adoptar durante a negociação.

CAPITULO IV - HISTORIAL DA DIPLOMACIA CABO-VERDIANA

A diplomacia é um termo que existe há séculos, mas no que diz respeito a Cabo Verde, pode-se dizer que a sua existência na prática começou poucos anos antes da independência, logo para falar da história diplomática cabo-verdiana temos que recorrer as raízes da independência, uma vez que admite-se que na luta pela desconalização usaram meios diplomáticos para conduzir as negociações.

Segundo Évora (2004), “a independência de Cabo Verde, deve ser vista como uma vitória do Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGV), que quer por meios diplomáticos quer pela luta da guerrilha, obrigou o governo português a reconhecer a independência.

A diplomacia de Cabo Verde é a diplomacia de um país pequeno e extremamente pobre. Mas é sobretudo, o reflexo do apego tenaz do seu povo à independência e do optimismo com que avalia a sua própria capacidade de transformar o ambiente natural adverso em que foi caldeado ao longo de séculos.⁸

A CRCV, estabelece no seu artigo 11º, ponto 1 que:

“O Estado de Cabo Verde rege-se, nas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional, do respeito pelo direito internacional e pelos direitos humanos, da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos Outros Estados, da reciprocidade de vantagens, da cooperação com todos os outros povos e da coexistência pacífica”.

Gonçalves, (2010), salientou que um dos exemplos de jogo diplomático nas vésperas da independência foi o caso do dossier África do sul que constituiu uma verdadeira prova diplomática mais importante levada a cabo pelos futuros governantes de C. Verde a bem do interesse nacional.

De acordo com Costa e Pinto (2014),

Ao revisitarmos os meandros políticos do Cabo Verde pós-colonial e os contornos da sua afirmação, imagição e consolidação política como nação global, denotamos que o país tem desencadeado, desde os primórdios da independência nacional até o advento da democratização, um intenso e profícuo labor diplomático objectivando a sua inserção dinâmica num sistema

⁸ Textos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

internacional marcado pela multipolaridade e pela gestão da interdependência complexa. (Costa e Pinto (2014, p. 20)

Acrescentam ainda que, a prática diplomática cabo-verdiana esteve historicamente à mercê das relações de poder, dos projectos de emancipação política e de projecção ideológica das grandes potências internacionais, forjando o pragmatismo da sua acção política na intersticialidade entre vários espaços de integração regional e cooperação política multilateral.

Relativamente a este assunto, Silvino da Luz (1991), avança que,

Devido a situação drástica que se encontrava o nosso país e, tendo em conta que o povo de Cabo Verde durante os longos séculos de dominação colonial esteve praticamente isolado dos outros povos do mundo, tornava-se necessário privilegiar o estabelecimento de relações com outros Estados e Organizações, promover a afirmação do Estado como entidade internacional, soberana e independente, estimular e sensibilizar a comunidade internacional para os problemas mais urgentes do país.

A colaboração e a integração económica tanto a nível regional e continental como internacional, também mereceram desde cedo uma atenção especial da diplomacia cabo-verdiana e determinaram a adesão de Cabo Verde à convenção de Lomé, à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), ao Comité Intra-estados para a Luta contra a Seca no Sahel (CILSS), ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED)⁹.

A nação cabo-verdiana tem historicamente desenvolvida uma actividade diplomática eficiente, mostrando ao mundo a imagem de um país confiante, e que tudo fará para alcançar os objectivos em que acredita.

4.1. Posicionamento Face a Ordem Internacional

Segundo Gonçalves (2010),¹⁰ Quando Cabo verde atinge a sua independência em Julho de 1975, havia profundas preocupações, o País encontrava-se desprovido de qualquer recurso, e isto fez com que os governantes adoptassem uma política externa bastante inteligente diversificando as suas relações de forma a conquistar parceiros internacionais, que garantisse alguns apoios essenciais para a sobrevivência do País, o que foi alcançado já que os governantes conseguiram apoios de vários países da comunidade internacional, resolvendo aos poucos os problemas mais urgentes da população.

⁹ Idem ou id.

¹⁰ passim

Na mesma senda, Costa (2011), afirma que, a consciência das suas limitações internas nortearam um posicionamento externo pragmático e ancorado nos princípios de desenvolvimento, e a não confrontação ideológica com os principais centros de poder conduziu, com efeito à integração em múltiplos e quiçá contrastantes espaços de integração política (...).

Para este autor, esse posicionamento externo pragmático, na encruzilhada atlântica entre continentes, tem conferido ao arquipélago ganhos internacionais assinaláveis como sejam a transição suave, pacífica e bem sucedida pelo sistema das Nações Unidas, do grupo de PMA para PDM, a selecção do país pela segunda vez consecutiva como beneficiário dos fundos do MCA.¹¹

De acordo com Tavares (2010), Perante a ordem internacional vigente e as dificuldades várias que o país vinha enfrentando, a sobrevivência entre os dois blocos EUA e URSS, implicaria uma política externa meticulosamente inteligente de forma a conseguir conquistar parceiros internacionais que garantisse alguns apoios essenciais.

Para Lopes 1996, (apud costa 2011), “após a independência, o objectivo seria desfazer quaisquer equívocos em relação a política externa cabo-verdiana, com a consciência de que o país que se erguia, no concerto das Nações, iria precisar de todos para a sua afirmação”.

Por isso desde os primeiros momentos, a tarefa principal dos dirigentes foi estabelecer relações de amizade com o maior número possível de países a fim de angariar apoios vários sobretudo económicos, de forma a atingir um dos principais objectivos da altura que era garantir a sobrevivência da população.

4.2. O não alinhamento mitigado

Segundo Gonçalves (2010), Apelida-se do não-alinhamento mitigado a ambiguidade dos governantes cabo-verdianos nos primeiros anos após a independência como estratégia para continuar a beneficiar da ajuda dos dois blocos, americano e soviético.

Assim este autor, afirmou que,

“os futuros governantes, conscientes das dificuldades que o país iria enfrentar nos primeiros anos após a independência iniciaram as estratégias para a política externa ainda antes da independência. Essas estratégias consistiam em

¹¹ Idem ou id.

estabelecer contactos com os governantes de vários países sejam eles pertencentes ao bloco soviético ou americano, cujo objectivo era sensibiliza-los para a realidade específica do arquipélago”. (Gonçalves, 2010, p. 31)

Desde a proclamação da independência Cabo Verde, mostrou a sua fé inabalável no Não-Alinhamento e o seu intransigente respeito pelos princípios que o enformam, e na defesa de diálogo e cooperação mutuamente vantajosos com todos os países amantes da paz.

Deste modo, logo no primeiro programa do governo (1975 – 1980), foi definida a prática de uma política externa de não-alinhamento, paz e concórdia universais, de respeito pela legalidade internacional, defesa do diálogo como meio de solução entre os diferendos.

Esta prática do não-alinhamento, foi das melhores opções para o país, porque para além de livrar o país de conflitos, ainda permitiu que Cabo Verde beneficiasse da ajuda externa ao desenvolvimento de ambas as superpotências e dos dois blocos ideológicos em confronto (EUA e União Soviética).

Além do mais nessa altura, segundo Pereira (1985), a tendência internacional era favorável ao não alinhamento que simbolizava as aspirações da humanidade à paz e a segurança internacionais, bem como a sua vontade de estabelecer uma nova ordem económica, social e política, mais justa e equitativa.

Segundo Paul Kennedy, (apud Costa 2011, p.13),

O não-alinhamento constituía uma forma dos países do Terceiro Mundo influenciarem o decurso dos eventos internacionais pois “um Terceiro Mundo amadurecera nesta altura, e muitos dos seus membros, tendo-se libertado por fim do controlo dos impérios europeus tradicionais, não estavam na disposição de se transformarem em meros satélites de uma superpotência distante, mesmo se esta podia oferecer uma ajuda económica e militar útil”.

No segundo programa (1981-1985), o governo defende que, a prática duma política do não-alinhamento consequente, a serenidade que tem imprimido às suas relações internacionais e a forma como tem sabido aplicar os meios postos á sua disposição pela comunidade internacional, tem grangeado ao Estado de Cabo Verde prestígio, respeito e simpatia, tanto no plano interno como no internacional.

Segundo Pereira (1985),

a política externa cabo-verdiana de não-alinhamento, paz boa vizinhança, afirmação da africanidade do nosso ser nacional e defesa da unidade africana, da cooperação na base das vantagens mútuas, da legalidade

internacional, da concertação e solução pacífica dos diferendos, não é fruto de qualquer imprevisto ou situação conjuntural. Ela responde aos interesses fundamentais da Nação cabo-verdiana, e tem contribuído para o seu engrandecimento, progresso e coesão. (Pereira, 1985, p.15)

Esta prática foi defendida também no programa (1986-1990), onde admite-se que as relações externas podem contribuir para o reforço da defesa e segurança do país, mas podendo prejudicá-la se estas forem mal conduzidas, pelo que era necessário continuar a apostar no princípio do não-alinhamento, num contexto internacional, caracterizado pelo confronto geoestratégico entre os EUA e URSS.

Por outro lado, o não-alinhamento que praticamos não é uma política passiva de alheamento das situações críticas, antes baseia-se numa atitude participativa e de defesa de valores novos que favoreçam a estabilidade, o relacionamento pacífico e a solidariedade entre os povos.

A Constituição da República de Cabo Verde, no seu artigo 17º, número 1, afirma que Cabo Verde, estabelece e desenvolve relações com os outros países na base do direito Internacional, dos princípios da independência nacional, da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos e da reciprocidade de vantagens, da coexistência pacífica e do não-alinhamento.

4.2.1. O Não-Alinhamento e a liberdade de pensamento e de acção

“No seio dos Não-Alinhados, a diplomacia cabo-verdiana pautou-se pelo fortalecimento do Movimento enquanto força política independente em relação aos dois blocos (...), como forma de garantir a paz e a segurança necessárias ao desenvolvimento e, assegurar ao país liberdade de pensamento e acção”. (Silvino da Luz, 1991, p. 18)

A aplicação da política do não-alinhamento, implica a estrita observância dos seus factores essenciais que, para a República de Cabo Verde, traduzem, na determinação em ser independente, face a toda e qualquer potência estrangeira e a reafirmação expressa da independência de pensamento e de acção.

Este princípio permite à República de Cabo Verde a diversificação das suas relações internacionais, mantendo-se fora das confrontações entre blocos, porque assim o dito a sua segurança, e centrando a sua preocupação maior, sejam quais forem as suas

posições no plano internacional, na observação dos supremos interesses do povo de Cabo Verde.¹²

4.3. A diplomacia cabo-verdiana no período 1975-1990

A desesperança criada, desenvolvida e interizada pelo atavismo, provocada pela prolongada dominação colonial e por uma conhecida história de seca e fomes cíclicas, através do qual o nosso arquipélago se tornara tristemente célebre ao longo de séculos, cedeu lugar à esperança e à crença mais íntima dos cabo-verdianos para superar todas as dificuldades, mesmo as mais impossíveis.

Assim depois de longos anos de luta, a 5 de Julho de 1975, Cabo Verde país pequeno, com um território distribuído por dez ilhas, conquistou a sua independência, e segundo Tavares (2010), foi fruto do labor dos cabo-verdianos e da cooperação internacional, afirmando-se de imediato como um país descomplexado, e pronto a assumir todos os seus direitos e deveres na cena mundial e nas conturbadas e complexas relações internacionais prevalecentes na altura.

Ainda nas palavras de Tavares (2010) “foi uma primeira vitória, conseguida contra um adversário, melhor armado e bem equipado, e do outro lado, a força das convicções, a ideia do restabelecimento da dignidade perdida, por via da recuperação da história e da cultura usurpadas, razão de ser última da própria independência almejada”.

Neste período, devido as graves dificuldades que Cabo Verde enfrentava, consequência da prolongada dominação colonial, da inexistência de recursos naturais, bem como de fomes cíclicas, era preciso tomar medidas urgentes para garantir a sobrevivência do povo. Foi então que os dirigentes do Estado nessa altura resolveram procurar ajuda internacional, estabelecendo contactos com vários países, e reforçando as relações já existentes com certos países ainda antes da independência.

Esta iniciativa teve sucesso, já que até 21 de Julho de 1975, já se tinha concluído acordos sobre o estabelecimento de relações diplomáticas com um variado leque de países, nomeadamente, com a Republica Popular da Guiné, República Portuguesa, República Democrática da Alemanha (RPA), Senegal, República Federativa da Alemanha (RFA) e União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Silvino da Luz, 1991).

¹² Textos do MNE.

Cabo verde teve sucesso em estabelecer relações com vários países, mas os recursos limitados não permitiram a instalação de embaixadas e consulados em número desejado, e por isso, foi estabelecido prioridades, ou seja, estabeleceram-los em pontos chaves, de modo a cobrirem diversos países, e prosseguir os objectivos da diplomacia cabo-verdiana, que nessa altura, segundo Pereira (1985), seriam: relacionamento político, cooperação para o desenvolvimento e defesa da emigração cabo-verdiana.

Na mesma senda, Silvino da Luz (1991),¹³ afirma que;

A República de Cabo Verde proclamou, desde o momento do seu surgimento, o desejo de estabelecer relações de amizade e solidariedade com todos os Estados na base do Direito Internacional e dos princípios do respeito mútuo das soberanias, da não ingerência nos assuntos internos e da reciprocidade de vantagens. Assim foi desencadeado uma intensa actividade diplomática visando o reconhecimento do novo Estado e, conseqüentemente, de acordo com a prática internacional, a conclusão de acordos sobre o estabelecimento de relações diplomáticas, mormente com os países onde se encarava já a necessidade de abertura de uma representação diplomática ou consular.

Ainda em 1975¹⁴, aquando da entrada de Cabo Verde na ONU, a delegação cabo-verdiana afirmava perante a comunidade internacional a vontade desse pequeno país do Terceiro Mundo de ser um membro pleno da mesma e de participar, activamente, na grande aventura humana das Nações independentes e soberanas.

Nessa altura a diplomacia do arquipélago encontrava-se essencialmente assente em dois vectores principais: sendo um essencialmente político e outro económico ou material que visava a cooperação ou a obtenção da ajuda para o desenvolvimento e a salvaguarda dos interesses dos emigrantes.

Na fase pós-independência, uma das condições prioritárias para o desenvolvimento económico do país era a satisfação de necessidades imediatas, razão pela qual a diplomacia cabo-verdiana desempenhou fundamentalmente o papel de instrumento de realização das condições mínimas de sobrevivência, por via da captação da ajuda externa ao desenvolvimento focando principalmente nas instituições políticas multilaterais.

Neste sentido, e como exigência da edificação do Estado, um esforço notório foi feito com vista à adaptação e ao desenvolvimento das estruturas administrativas existentes,

¹³ Passim (Um país pequeno num Mundo em Transformação).

¹⁴ Ibidem ou ibid

criando assim de imediato o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)¹⁵, que era peça fundamental para uma prossecução eficiente das suas relações externas.

Foi com dois ou três jovens coadjuvantes¹⁶ que o MNE arrancou de imediato as suas actividades, para fazer face ao peso da enorme responsabilidade que representava a execução e a condução da política externa de um país com as características de Cabo Verde.

Uma das primeiras iniciativas administrativas foi a elaboração do Decreto-Lei nº 7-F/75, de 10 de Setembro, que deu corpo legal ao MNE e de seguida iniciaram á abertura de representações diplomáticas ou postos consulares no exterior.

Para Silvino da luz (1991), Em 1976 as visitas dos chefes de missão em Cabo Verde aumentaram, tendo sido visitado pelo chefe de missão do Reino da Suécia, da Roménia, República Federal da Nigéria, República de Cuba, Canadá, R. Popular da China (RPC), Egipto, EUA, República Popular da Hungria (RPH) e o Reino dos países baixos.

Procederam-se assim à efectiva instalação de representações diplomáticas cabo-verdianas, bem como de postos consulares em vários países, como por exemplo, em 1975 foram criadas as embaixadas em Portugal, em 1976 as de Angola, Senegal e EUA, e em 1980 foram os países baixos e a Argélia. Simultaneamente foram dados os primeiros passos no sentido da abertura de consulados de carreira em Roterdão, S.Tomé e Boston, como também de vários consulados honorários.¹⁷

Porém as actividades desenvolvidas no sentido da afirmação do Estado não foram unicamente de carácter bilateral, a diplomacia cabo-verdiana preocupou-se também em promover a admissão do país nas principais organizações internacionais, nomeadamente a ONU, o Movimento dos países não-alinhados e diversas organizações e organismos do sistema das Nações Unidas, como forma de tecer relações com vários outros Estados.

Esta decisão vai de encontro a ideia de Hedley Bull, apud (Costa 2011), ao dizer que a noção de diplomacia como arte e estratégia de condução das relações externas não deverá ser apenas aplicada aos Estados mas também a outras entidades políticas e sujeitos que tomam parte do sistema internacional.

¹⁵ o MNE, é o departamento governamental competente para se relacionar com outros Estados ou organizações intergovernamentais e respectivos representantes.

¹⁶ Abílio Duarte foi o primeiro a ocupar a pasta do MNE.

¹⁷ Passim (Balanço de 15 anos da diplomacia Cabo-verdiana).

Também a colaboração e a integração económicas tanto a nível regional e continental como internacional, mereceram desde cedo uma atenção especial da diplomacia cabo-verdiana e determinaram a adesão de Cabo Verde à convenção de Lomé, à CEDEAO, ao CILSS, ao BAD, BADEA e CNUCED.

Só que nesta época devido a situação económica difícil que o país atravessava, não foi dada muita atenção ao CEDEAO, devendo os nossos esforços concentrarem-se prioritariamente na busca dos meios para alimentar a nossa população e para a subsistência económica do nosso país.¹⁸

Já ao CILSS, foi dada uma maior atenção, uma vez que, reflectia, uma tomada de consciência profunda não só da perigosa degradação do meio ambiente regional como da necessidade de enfrentar esse desafio da natureza de forma coesa e coordenada.

Os anos 1980, 1981 e 1982 correspondem ao período do reforço do pessoal do MNE, e de entre as várias acções levadas a cabo, é de se destacar a realização em 1982 do curso de Aperfeiçoamento Diplomático, enquadrada numa experiência de cooperação triangular Cabo Verde/Brasil (Silvino da Luz, 1991).

A partir de 1981 vivia-se um período de grandes conflitos a nível internacional, e a situação permanecia difícil em Cabo Verde, foi necessário desenvolver uma intensa actividade político-diplomático, baseando-se nos seguintes objectivos:

- I.** Busca de um relacionamento internacional favorável às necessidades do desenvolvimento económico e social;
- II.** Participação activa nas instâncias internacionais;
- III.** Participação na criação de um clima de paz, diálogo e cooperação entre os Estados;
- IV.** Maior atenção à problemática da emigração.

Entre 1975-1986, a ajuda internacional ao desenvolvimento e as remessas dos emigrantes constituíram a principal fonte de estabilidade macroeconómica do país, representando cerca de 80-90% do orçamento nacional.

Deacordo com Pereira (1985), os primeiros dez anos, permitiram uma constante clarificação dos objectivos centrais do Estado, herdeiro da luta do PAIGC e instrumento do povo cabo-verdiano, sendo o fortalecimento do poder democrático e a edificação do progresso económico, social e cultural.

¹⁸ In discurso do MNE, Março de 1981.

Nessa altura foi muito difícil a concretização desses objectivos, devido a falta de recursos naturais, é neste sentido que Pereira reconhece, que uma das mais importantes fontes de recursos que serviu para edificar o Estado cabo-verdiano foi a cooperação internacional.

Nas palavras de Pereira (1985),

“Nas condições em que se encontrava o país, foi essencial a ajuda que nos veio de países amigos e de organismos internacionais, não só para o financiamento dos esforços de desenvolvimento, mas também para a criação de infraestruturas e formação de homens, indispensáveis para a instalação do Estado. A cooperação internacional foi importante para o bom sucesso dos nossos esforços internos que nela encontram suporte material, compreensão e amizade. Ela desenvolveu-se progressivamente durante os dez anos de independência e abrange hoje um leque bastante variado de países, organizações internacionais, do sistema das Nações Unidas e outros, organizações não governamentais e diversas instituições financeiras”.(Aristides Pereira, 1985, p.11)

Também no programa do governo 1985-1990, foi reconhecido a importância que as relações externas tinham para o desenvolvimento e afirmação do país na vida internacional, ao delinear que elas, (...) assumem na vida actual dos Estados um peso nunca antes alcançado e a sua grande complexidade exige, sobretudo dos pequenos países um esforço aturado e constante, para afirmarem os seus legítimos direitos (...) na comunidade internacional.

Nas palavras de Silvino da Luz (1991), nos anos 1987-1990, Cabo Verde optou-se por capitalizar uma imagem de prestígio e posicionar-se num contexto internacional marcado por tão profundas transformações, em que a nossa política externa teve que saber perspectivar acções adequadas e adaptar-se rapidamente às mudanças.

Nesse contexto, tiveram de ser reforçadas e/ou adaptadas a nova situação os grandes objectivos da política externa inscritos no programa do III Governo a saber:

- I.** Reforço da inserção político-económico em Africa;
- II.** Consolidação da cooperação com parceiros tradicionais e procura de novos parceiros;
- III.** Defesa e promoção do multilateralismo e das suas virtualidades;
- IV.** Apoio a emigração e promoção da sua melhor integração no processo de desenvolvimento;
- V.** Racionalização e adequação dos instrumentos e meios da política externa.

Já na segunda metade da década de 1990, segundo Costa (2012), elegeu-se como orientação estratégica da acção pública governamental, a inserção dinâmica do arquipélago

na economia mundial e a prossecução de um desenvolvimento económico e social auto-sustentado, com uma rentabilização máxima da sua posição geoeconómica.

Assim, os aspectos da diplomacia pura e a parcial incidência dos instrumentos da diplomacia económica, mormente a canalização do investimento directo estrangeiro, assumiram particular saliência no ideário da política externa.

Ao longo dos quinze anos de acção diplomática, apresenta-se um balanço largamente positivo, nomeadamente, pelo fato de Cabo Verde passar a ser um país útil, credível e respeitado pelos membros da comunidade internacional, e isso deve-se ao bom desempenho dos seus diplomatas e do seu Governo.

Isto vê-se nas palavras de Pereira (1985), ao dizer que, “a diplomacia cabo-verdiana pautou-se pelo espírito do bom servir e do bem-fazer, o que fez com que Cabo Verde, ganhasse uma imagem positiva e prestigiada que dá confiança aos parceiros do desenvolvimento”.

Deacordo com o exposto acima, podemos concluir que sem as relações estabelecidas com o exterior, Cabo Verde, não teria alcançado os ganhos que conseguiu, ou seja, graças a cooperação internacional, Cabo Verde não só ascendeu a independência como também encontrou soluções para a sobrevivência imediata das populações e, para a realização das suas ambições de desenvolvimento.

4.4. A Diplomacia Cabo-verdiana no período 1991- 2015

Este período foi marcado essencialmente pela transição do regime autoritário/ de partido único para uma democracia multipartidária, o que mudou por completo a estrutura administrativa do Estado, uma vez que os novos dirigentes abandonaram progressivamente os princípios ideológicos que assentava a prática diplomática do movimento de libertação nacional (PAIGC), pelo estabelecimento de relações externas diferentes.

Para Costa, (2011)¹⁹, este período caracteriza-se fundamentalmente pelo estabelecimento das bases da maturação de uma acção externa eficiente e pragmática, pelo abandono sistemático de uma diplomacia política ideologicamente dirigida e pela busca duma inserção dinâmica na economia mundial, optando-se pelo (...) desenvolvimento de um quadro político-diplomático devidamente institucionalizado que possibilitou a captação dos recursos alocados pela ajuda externa de cooperação para o desenvolvimento e potenciou uma participação mais pró-activa nas instituições políticas multilaterais.

De acordo com Livramento (2010), Cabo Verde, em razão de sua incapacidade na base produtiva e institucional, a ineficiência na formulação de estratégias políticas voltadas ao desenvolvimento internacional, busca no sector externo a possibilidade de crescer, desenvolver e se inserir no cenário global.

Já Ulisses Silva (2007) afirma que a abertura ao exterior em 1992 passa a ser uma das ideias força, em que o Estado passa a apoiar os agentes económicos nacionais na sua relação com o resto do mundo e de modo especial os agentes e actividades que contribuam para a inserção de Cabo Verde na economia mundial.

Para Cardoso (2007), esta inserção feita pela via institucional, de processos de dinamização económica, de integração e legalização progressiva dos emigrantes nos países de acolhimento, dos fluxos da APD, de carácter multilateral e bilateral, e da integração nas grandes redes mundiais de telecomunicações, foi uma estratégia adequada ao seu desenvolvimento.

Outra vitória brilhante da diplomacia cabo-verdiana nos anos 1992/93, foi a inserção de Cabo Verde como membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

¹⁹ Passim

De acordo com Cardoso (2007),

sendo Cabo Verde um país de escassos recursos e reduzido mercado, a elevada taxa de crescimento económico está ligada à forma como tem gerido todo um conjunto de factores, nomeadamente: a estabilidade política, segurança, política cambial, boa gestão da ajuda, boa governação e exploração das potencialidades que a situação geográfica lhe proporciona, através do aeroporto da ilha do Sal e do porto Grande no mindelo, mas salienta que sem o forte investimento na educação e na formação, essa elevada taxa de crescimento económico e o desenvolvimento humano, não teria sido possível (Cardoso, 2007, p. 76).

Para o mesmo autor, isto permitiu que na segunda metade da década de noventa, Cabo Verde assinasse um conjunto de instrumentos: Acordo de Stand-by²⁰ com o FMI em 1997, Trust Fund em 1998 e Acordo de cooperação Cambial com Portugal em 1999.

Em matéria de cooperação internacional, o programa do governo 2001-2005, define como objectivos de Cabo Verde, nomeadamente:

- i. O reforço das relações de cooperação e de parcerias tradicionais e estratégicas, bem como a mobilização de novos parceiros;
- ii. a procura de modalidades e formas inovadoras de parceria nos domínios de interesse nacional;
- iii. A maximização de sinergias entre a APD e o investimento privado;
- iv. O reforço da cooperação descentralizada
- v. A promoção da cooperação económica e empresarial, sobretudo através do incentivo ao investimento directo em Cabo Verde.

De acordo com Estêvão (2007),

nos trinta anos após a independência CV realizou progressos importantes no seu percurso de desenvolvimento, mas continua a defrontar-se com constrangimentos estruturais que limitam o alcance desse percurso, nomeadamente no que se refere à criação do emprego e erradicação da pobreza, com um elevado grau de desigualdade na distribuição do rendimento e com um nível de desemprego estrutural também elevado (Cabo Verde três décadas depois, p. 125).

Este autor, afirma que, uma estratégia para Cabo Verde sair desta situação é especializar no turismo.

Na mesma linha de pensamento, Veiga (2007) afirma que a independência conquistada a mais de trinta anos valeu a pena, pois o país está incomparavelmente diferente para melhor e as pessoas têm de longe mais oportunidades e um nível e qualidade de vida superiores aos de há 30 décadas.

²⁰ Acordos que visam conceder apoios de curto prazo (12 – 18 meses) aos défices temporários das balanças de pagamentos, sob condição prévia do cumprimento de algumas medidas de carácter macroeconómico.

Nas palavras de Veiga, “os trinta anos provaram que somos capazes de vencer desafios que pareciam insuperáveis e deram-nos confiança para prosseguirmos”. No entanto, estamos ainda bem longe da meta, que é a de construir um país moderno e desenvolvido, onde todos os cabo-verdianos possam viver em liberdade e com qualidade superior.

De entre as acções levadas a cabo pelo Governo da VII legislatura (2006- 2011), importa-se destacar os seguintes: adaptar a rede de cobertura diplomática e consular aos objectivos estratégicos decorrentes da agenda diplomática estabelecida, e dotar as representações de Cabo Verde no exterior de recursos humanos e técnicos necessários á implementação da diplomacia económica e de desenvolvimento.

De acordo com Vieira (2012), Cabo Verde é considerado um país com alta credibilidade no domínio das relações políticas e económicas internacionais. No plano internacional e, em particular, na União Africana, a voz de Cabo Verde é bem ouvida.

Cabo Verde, tem uma visão clara das novas relações económicas internacionais, quer a nível da OMC, quer no quadro dos demais organismos multilaterais de cooperação, quer ainda das relações bilaterais.²¹

Segundo Tolentino²², a diplomacia de Cabo Verde apoia-se em três pilares: os valores da civilização que se expressam através da Organização das Nações Unidas, as virtudes da soberania que permitem alguma equidade nas relações internacionais e, internamente, o crescimento da liberdade e da democracia.

Podemos concluir que, a diplomacia é de uma importância crucial na estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, e o facto de Cabo Verde beneficiar do fundo do (MCA) demonstra a um só tempo, o apoio da comunidade internacional e a existência de condições institucionais e organizacionais em Cabo Verde, aumenta a credibilidade e prestígio internacional do país, ou seja, podemos afirmar que aquilo que o país conquistou ao longo desses anos deve-se em grande medida, a política externa desenvolvida pelos sucessivos governos de Cabo Verde.

²¹ Idem ou id.

²² Entrevista realizada por nós à Corsino Tolentino.

4.5. Breve apreciação sobre os dois momentos da diplomacia Cabo-verdiana na perspectiva dos entrevistados.

Numa entrevista realizada por nós a Silva, este afirmou que quando o País se tornou independente, a nossa Diplomacia tinha por objectivo preocupar-se em conseguir apoios no exterior para poder criar as condições de desenvolvimento de Cabo Verde, em várias áreas, nomeadamente, Saúde, Educação, Transportes, etc. pois não tínhamos nada na altura. Hoje as coisas são muito diferentes pois pertencemos aos principais organismos internacionais no Mundo.

Fortes²³, também afirma que os contextos são completamente diferentes, antes o objectivo central de toda a nossa Diplomacia era o de fazer conhecer Cabo Verde no exterior, visando procurar ajudas para a criação de condições de desenvolvimento da Nação crioula pois estávamos saindo de um processo colonial de mais de 500 anos de dominação portuguesa, com nada no nosso território. Actualmente, já é diferente, somos membros de quase todas as Organizações Internacionais, nomeadamente: a ONU com todas as suas agências; o PNUD, a UNESCO, a FAO, a UNICEF, a FMI, OMC, BAD, FIDA, BM, a OMS, entre outras Instituições de renome mundial.

Numa entrevista feita por nós a Aristides Brito, a diplomacia praticada logo nos primeiros anos da independência, era considerada quase que mecanizada, a base de apoios internacionais que eram propostos por países amigos ou sugeridos por Cabo Verde, sem grandes controlos e exigências, porque internacionalmente já se tinham em linha de conta que o país estava a organizar-se, a desenvolver os seus recursos humanos, e a estudar estratégias de como inculcar o desenvolvimento no País.

Hoje o país já atingiu níveis de desenvolvimentos acentuados em vários índices, ombreando com outros países de nível médios e até avançados, e superando até algumas na democracia, liberdade, organização do Estado, competitividade e outros, ascendendo a características de países susceptíveis de negociações com credores a base de “taxas de juros” que por si só já exigem “cálculos” de custo-benefício, ou seja, os impactos das políticas públicas com os seus programas ou projectos de desenvolvimento.

Esta opinião é partilhada por Tolentino²⁴, ao afirmar que, a primeira década de Cabo Verde independente foi marcada pelo patriotismo que puxava mais claramente para

²³ Entrevista realizado por nós à Carlos Fortes.

²⁴ Entrevista realizado por nós a Corsino Tolentino.

dar o máximo ao país sem esperar o retorno. Essa mesma atitude compensava a eventual falta de tecnicidade e especialização. Por outro lado, a atitude dos outros era mais tolerante em relação às nossas fraquezas do que hoje. Os objectivos da política externa era buscar no exterior o que o país não tinha para consumir e investir para o desenvolvimento, e por isso, até aos finais da guerra-fria, nos finais dos anos 80, o não-alinhamento marcou a cultura diplomática cabo-verdiana.

Para ele, hoje as exigências e o perfil do diplomata mudou muito e as grandes diferenças estão no nível de exigência, que é maior, e no comportamento dos atores governamentais e diplomáticos, que não estão a fazer tudo o que é necessário para gerir o país e as suas relações com competência e humildade. Tolentino concluiu dizendo que o “tempo da diplomacia de salão acabou. Hoje, quem não quiser ou puder trabalhar eficientemente para obter resultados pode tirar o cavaleiro do sol”.

Na mesma senda, Gomes²⁵ afirma, que no passado a diplomacia era essencialmente de representatividade e de pedido de ajuda pública ao desenvolvimento, tendo em conta a vulnerabilidade do nosso país, hoje em dia, há outras exigências internacionais e o país atingiu outros patamares, neste âmbito, fala-se hoje na diplomacia económica.

Enquanto que para Neves²⁶, não se pode separar o antes e o depois, houve sim uma evolução, e se hoje temos uma boa diplomacia é graças as bases deixadas pela diplomacia praticada após os primeiros anos da independência.

Após quatro décadas da independência (1975-2015) e vinte e quatro da abertura política para a transição da democracia (1991-2015), Cabo Verde tem merecido elogios devido a sua performance da democracia e boa governação, passando a ser considerado como uma referência de democratização a nível mundial.

Em termos gerais, constatamos que é unanime a opinião dos entrevistados, ou seja, todos afirmam que as relações diplomáticas sempre tiveram uma importância relevante no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, isto é, os nossos negociadores tem conduzido bem as oportunidades que tem surgido, e apontaram como ganhos conseguidos, os múltiplos tratados, convenções, os acordos e as parcerias com os diversos países como Portugal, Luxemburgo, a U.E, os EUA, a China etc. No entanto, Tolentino

²⁵ Entrevista realizado por nós à Joaquim Gomes.

²⁶ Entrevista realizado por nós à Osvaldo Neves.

A Diplomacia: Sua contribuição no processo de desenvolvimento de Cabo Verde

acrescenta que é preciso melhorar a nível do esforço pessoal e institucional, do Estado e da sociedade, principalmente da escola, porque novos desafios vão surgindo e exigem altos níveis de formação e gestão dos diplomatas, ou seja é preciso formar um corpo profissional de elite no sentido de grande rigor e eficiência, porque esse empenhamento e competência é trabalho apenas de uma dezena de diplomatas.

CAPITULO V - A DIPLOMACIA CABOVERDIANA AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

A diplomacia como se sabe engloba uma variedade de áreas de actuação ou negociação, o próprio programa do governo ostenta enumeras no seu interesse da cada legislatura, e nisto, as opções são operacionalizadas por prioridades, e cada opção exige uma especialização como elemento chave da negociação.

É neste sentido que, o programa do Governo 2011 – 2016, destaca três eixos fundamentais da sua política externa, sendo:

- uma diplomacia ao serviço do desenvolvimento na era da globalização;
- uma política externa de afirmação de Cabo Verde no mundo e;
- a afirmação das comunidades cabo-verdianas no exterior, focalizando a acção diplomática em três domínios: a afirmação da nação global, a promoção da paz e da segurança global e regional e, por fim a concretização de uma agenda económica desenvolvimentista.

Para prossecução desses objectivos, a política externa cabo-verdiana define cinco estruturantes linhas de força da sua diplomacia: a diplomacia política, a diplomacia económica, diplomacia securitária, a diplomacia pública ao serviço das comunidades e a diplomacia cultural.

5.1. A Diplomacia Política

Esta, tem por objectivo promover a visibilidade, incrementar a participação e reforçar a afirmação do arquipélago no mundo.

Nas palavras de Costa (2011), a diplomacia política cabo-verdiana esteve sempre à mercê das relações de poder, dos projectos de emancipação política e da projecção ideológica das grandes potências internacionais, forjando o pragmatismo da sua acção na intersticialidade de vários espaços de cooperação política multilateral.

Costa, refere no seu artigo que:

por um lado a sua pequenez, a descontinuidade territorial, a inexistência de recursos naturais e a insularidade moldaram os princípios da acção externa e a prossecução de uma diplomacia política focada na canalização dos recursos da ajuda externa ao desenvolvimento. Por outro lado as coordenadas da identidade geográfica, em vez de conduzirem a um posicionamento externo agressivo ou de subserviência aos propósitos de intervenção política e ideológica de outros atores externos, apelaram a um pragmatismo diplomático sem precedentes e à reivindicação da sua utilidade política no concerto das nações. (Costa, 2011)

5.2. Diplomacia Económica

Quanto à sua conceptualização, para além de ser recente, é na sua essência polissémica, devido a própria natureza e amplitude do conceito de diplomacia e daí, não haver uma concepção precisa e única. No entanto, vamos destacar o conceito avançado por de Guy Carrière segundo a qual a diplomacia económica é «a busca de objectivos económicos por meios diplomáticos que se apoiam, ou não, sobre os instrumentos económicos para os alcançar»

No entender de Costa (2011), “a diplomacia económica, tem por objectivo favorecer o investimento directo estrangeiro, o comércio externo e cooperação técnica e financeira tendo em vista o desenvolvimento e a prosperidade económica e social do país”.

Na transição do milénio verifica-se um investimento considerável na área política da diplomacia como estratégia de viabilização dos ganhos da diplomacia económica sob a égide da prossecução de parcerias estratégicas para o desenvolvimento.

Segundo Tavares (2010), A diplomacia económica, enquanto vertente da política externa, não é conduzida exclusivamente pelo MNE: está diluída por outros ministérios, nomeadamente o Ministério das Finanças, Ministério da Turismo, Industria e Energia e Cabo Verde Investimentos, sendo esta a mais activa.

O artigo 17º da Lei Orgânica Nova, estipula que a diplomacia económica é executada, pela Direcção Geral dos Assuntos Globais (DGAG).

No entender de Costa, A debilidade da economia cabo-verdiana foi sempre atenuada graças à gestão hábil de uma rede diversificada de dependências externas. Porém na segunda metade da década de 1990, os aspectos da diplomacia pura e a incidência dos instrumentos da diplomacia económica assumiram particular saliência no ideário da política externa cabo-verdiana.

O programa do Governo 1991 a 1996 “defendeu um sistema de democracia económica em que coexistam e actuem em condições de concorrência e igualdade os agentes económicos públicos, associativos e privados, devendo a actividade económica pública resumir-se ao mínimo social e estrategicamente indispensável.”

A diplomacia tem sido um aspecto extremamente importante, no aprofundamento das relações externas, é neste sentido que, em 2013, o actual primeiro ministro de Cabo Verde anunciou o desejo de afinar as estratégias da diplomacia económica, que vem

encetando nos últimos anos, buscando de novas e melhores parcerias visando o desenvolvimento do país.

Neves ((2010), “afirmou a sua pretensão em melhorar a articulação das posições nacionais para que Cabo Verde possa desempenhar um papel mais activo no plano económico, sobretudo criando mais oportunidades para a pós-crise em África, e particularmente, aproveitando as oportunidades para o crescimento e desenvolvimento de Cabo Verde.

Relativamente a este assunto, Tolentino acrescenta que, a diplomacia cabo-verdiana foi sempre económica e, essa especialização só é importante se for posto em prática, porque só no discurso não muda nada. Porém, antes disso, faz falta estudar a complexidade e os mecanismos do desenvolvimento, porque a economia é importante mas não é tudo. Economia, migrações, segurança, direitos humanos são aspectos a considerar especificamente.

Oswaldo Neves, concorda plenamente com essa estratégia, já que segundo ele a economia é a base de tudo. Afirma que, “Se não tivermos boas relações económicas todos os outros caem por terra”.

Esta opinião é partilhada por Gomes, ao afirmar que neste momento a diplomacia económica é a que mais interessa ao Estado por que como é sabido, “as exigências de um país de desenvolvimento médio são outras, deixa de ter empréstimos concessionais para apoiar em investimentos externos, fazendo com que empresas estrangeiras tenham filiais no nosso país”.

Brito, Considera que a Diplomacia Económica é o basilar ou o pivô de todas, já que no início da nossa independência foi esta diplomacia que aflorou naturalmente ou por necessidade, por via dos apoios e donativos que nossos países irmão e amigos nos estendiam a mão, e assim foi galgando terreno, alargando as outras áreas de especialização gradualmente, continuando sempre como norteador da evolução do país a vários níveis.

Segundo o documento da parceria especial Cabo Verde/ União Europeia, no domínio da economia Cabo Verde tem tido ganhos significativos, criando um ambiente estável para o investimento e expansão das actividades económicas. Há evidências que o País está de facto no caminho do progresso, uma vez que, este documento, explica que,

em três décadas o País multiplicou o rendimento per capita por 10 e está, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), bem posicionado para alcançar as principais metas dos Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em

2015, incluindo a redução da pobreza em 50% (comparativamente a 1990). De uma economia de reciclagem de transferências externas, a ajuda internacional vem perdendo terreno, cedendo lugar ao investimento privado estrangeiro e nacional que constituem cada vez mais o principal motor do desenvolvimento.

Outro factor importante para o crescimento da economia de Cabo Verde tem sido a aposta no turismo. Na linha de pensamento do mesmo autor “Os investimentos externos directos no sector produtivo, essencialmente no turismo, passaram a desempenhar um papel primordial. Se as perspectivas actuais se concretizarem, nos próximos anos a economia de Cabo Verde continuará a desenvolver sobre efeito das transferências e dos financiamentos externos.”

Os dados do relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE), comprovam esse crescimento, já que segundo este, no terceiro trimestre deste ano, o número de hóspedes no país aumentou 14,9% face ao trimestre homólogo de 2014, e as dormidas cresceram igual percentagem.²⁷

Ainda, citando o documento da parceria especial, porém, com todos os progressos económicos, que Cabo Verde vem conseguindo ao longo das últimas décadas, há constrangimentos que ainda não foram debelados, como por exemplo a nível das condições climáticas adversas, mercado pequeno e fragmentado, ausência de tradição industrial, infraestruturas inadequadas e insuficientes, custo de factor elevado, etc.”

A República de Cabo Verde combate abertamente pelo estabelecimento de uma ordem económica internacional mais justa, e neste momento, a diplomacia económica parece jogar, cada vez mais um papel crucial no quadro da nossa política externa, reforçando o pragmatismo.

5.3. Diplomacia Cultural

Sendo a cultura a principal força impulsionadora do desenvolvimento integral da nação cabo-verdiana, o programa do Governo 2006-2011, teve como um dos objectivos recentrar a cultura na projecção de Cabo Verde. “A visão do governo é de que a cultura é o elemento identitário, construtor da unidade e da coesão nacional, é factor da inovação tecnológica e da sustentabilidade da Nação, tanto no aspecto social como no económico, pelo que, para os próximos tempos a mesma assenta em dois pilares: Projecção Nacional e Internacional e promoção da inclusão.”

²⁷ Disponível em: www.expressodasilhas.sapo.cv/economia. Consultado em: 28/11/2015, pelas 13:49

Neste sentido, o governo adotará medidas de políticas, para, no quadro de uma verdadeira diplomacia cultural desenvolva em parceria com o sector privado, promover Cabo Verde através da sua cultura e converter a cultura numa fonte de riqueza para Cabo Verde e para os caboverdianos.

Para a concretização dessa orientação o governo tomará medidas no sentido de:

- a) estabelecer parcerias com agentes culturais e outros actores da sociedade civil, com vista a uma rigorosa projecção da cultura de Cabo Verde no exterior, garantindo assim uma forte afirmação da nossa identidade no mundo;
- b) capitalizar toda a riqueza e todas as disponibilidades das comunidades caboverdianas no exterior para a projecção da nossa identidade nos países e acolhimento, dando especial atenção ao envolvimento das novas gerações.
- c) atualizar ou celebrar acordos culturais que garantem adequada enquadramento a essa nova perspectiva, que deve ser assumida no quadro de uma verdadeira diplomacia cultural, que deve visar também a promoção de Cabo Verde como destino turístico de investimentos.
- d) dotar as representações de Cabo Verde no exterior de recursos humanos e técnicos necessários a implementação da diplomacia cultural, de acordo com as reais necessidades do país.

Tavares (2010) defende que, “uma aliança entre a diplomacia económica e cultural poderia ser uma forma apropriada de promoção do país no exterior, atraindo não só os investimentos mas também o turismo, convertendo assim a cultura numa fonte de riqueza para Cabo Verde (...)”.

O Documento de Estratégia, Crescimento e Redução da Pobreza II, defende que, há que se adoptar e implementar procedimentos para pôr a cultura caboverdiana em sintonia com as exigências de uma economia internacional competitiva e possibilitar a implementação da estratégia de transformação económica e harmoniosa do país.

Um outro desafio é o de desenvolver uma indústria cultural sustentada e ligada ao desenvolvimento da indústria do turismo e da redução da pobreza.

De acordo com o programa do governo (2006 – 2011), A “cultura enquanto elemento fundamental da nossa identidade, deve-se constituir num importante instrumento de afirmação e projecção de Cabo Verde no mundo”, através de uma imagem positiva, com vista ao desenvolvimento de Cabo Verde.

Uma verdadeira diplomacia cultural implica estratégias culturais nacionais bem delineadas e um maior estímulo à iniciativa privada com o objectivo de erigir produtos culturais de qualidade, não só para o consumo interno, mas também para exportação.

Para além de fomentar o diálogo intercultural, constitui também uma forma de alcançar prestígio e reforçar a legitimidade dos governos, a nível internacional, daí que não se pode dissociar o turismo da cultura, se efectivamente se quer implementar uma verdadeira diplomacia cultural.

É neste sentido, que o governo defende no referido programa, que a “participação de Cabo Verde em competições desportivos internacionais,deverá de igual modo ser enquadrado numa perspectiva clara de promoção do país e assumida como uma dimensão importante a política externa cabo-verdiana”.

O programa do governo (2011-2016), tem como um dos objectivos, defender uma diplomacia económica para o desenvolvimento, mobilizadora de recursos, através, por um lado, da ajuda pública e de fluxos concessionais, e por outro de parcerias, visando o investimento direto estrangeiro, o acesso a mercados pela via de acordos comerciais e outros instrumentos de facilitação nesse âmbito.

Este governo considera prioritário para Cabo Verde, a construção de uma economia dinâmica, competitiva, inovadora, sustentável com prosperidade partilhada para todos.

A Lei Orgânica Nova de Cabo Verde, no seu artigo 5º alínea E, expressa também que um dos objectivos do MIREX é, projectar Cabo Verde através da sua cultura. esta projecção vem sendo feito principalmente através da música, uma vez que através de Cesária Évora o país passou a ser mais reconhecido a nível internacional, ganhou mais prestígio e isto fez com que os governantes destacassem a diplomacia cultural como sendo um dos eixos da política externa, na promoção das ilhas de Cabo Verde no mundo.

5.4 A Diplomacia Pública

Costa e Pinto (2014), afirmam que, o propósito basilar do recurso à diplomacia pública pelos Estados (e instituições políticas multilaterais como a ONU, a UE etc.) reside na necessidade de influenciarem a visão do mundo e a percepção de cidadãos de

Estados terceiros sobre a sua sociedade e seu governo por via da ideologia, da cultura e do prestígio, instrumentos incontornáveis do soft power internacional.

Para Tolentino²⁸ o conceito de diplomacia pública não representa um tipo mas uma abordagem. A diplomacia pública existe por oposição ao secretismo da diplomacia baseada na informação secreta, mas hoje isso não é possível. A diplomacia pública tende a influenciar a percepção e a atitude dos povos e tem muito a ver com os progressos da democratização.

Marijke Breuning (apud Costa 2011 p. 7), define diplomacia pública como, “o esforço diplomático perpetrado pelos governos, visando os cidadãos, a imprensa e outras constituências num determinado país”.

A diplomacia pública parte do princípio que o diálogo, mais do que o discurso panfletário, é fundamental para a prossecução dos objectivos da política externa pois os Estados podem actuar, deliberada ou inadvertidamente, através de representantes oficiais, confidentiais ou das instituições políticas para atingir os seus interesses estratégicos.

Numa análise feita por Suzano Costa, sobre o desempenho das várias diplomacias em Cabo Verde²⁹, ele afirma o seguinte:

A diplomacia cultural cabo-verdiana “é inexistente, sem qualquer orientação nesse sentido”, com os sucessos conhecidos a serem “o reflexo do esforço dos próprios”, e avançando os exemplos da Cesária Évora, Lura, Nancy Vieira, entre outros.

No que respeita à diplomacia pública, voltada para os emigrantes, no seu entender “é mais retórica do real”, pois não se vislumbram na contextura política cabo-verdiana alterações substanciais na diplomacia pública, na cultura estratégica nacional e nos princípios orientadores da sua acção externa.

A diplomacia política é mais forte e mais constante com resultados visíveis, ao contrário da económica que é a mais incipiente de toda a política externa”. Concluí dizendo que é a diplomacia para a segurança a que “melhor integra Cabo Verde no contexto diplomático internacional.”

Quanto aos nossos entrevistados, todos são de opinião que o desempenho da diplomacia é positivo, mas ainda há muito por fazer, como por exemplo, concentrar

²⁸ Entrevista realizada por nós.

²⁹ Disponível em: <http://noticias.sapo.cv>. Consultado em 01/11/2014, pelas 15:44

A Diplomacia: Sua contribuição no processo de desenvolvimento de Cabo Verde

maiores esforços na formação e gestão de diplomatas, porém, o desempenho da diplomacia cabo-verdiana é também condicionada pelos recursos escassos do país.

CAPÍTULO VI: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE

Como se sabe, a inserção de Cabo Verde no mundo foi dos melhores caminhos que o país seguiu para alcançar progresso, tanto económico como social, e por isso, este capítulo foi dedicado as relações estabelecidas entre o arquipélago e o mundo, ou seja, falaremos das relações entre Cabo Verde e África, e uma vez que seus parceiros são muitos debruçaremos apenas de alguns, bem como, da sua parceria especial com a UE, como também da sua graduação para PDM.

A Nova Lei Orgânica, postula no seu artigo 5º alínea (a) e (b) que, um dos grandes objectivos do MIREX são:

- promover a visibilidade, incrementar a participação e reforçar a afirmação de Cabo Verde no mundo;
- contribuir para a estabilidade de Cabo Verde no contexto mundial, regional e local, condição indispensável ao desenvolvimento do país em condições de sustentabilidade;

6.1. Relações Diplomáticas entre Cabo Verde e África

As relações entre Cabo Verde e a região africana vem desde antes da independência, isto devido as relações históricas e ideológicas, PAIGC/ PAICV, mas com a independência essas relações praticamente consolidou-se.

Segundo Costa (2011), As relações externas do arquipélago com a sub-região africana remontam o período da luta pela libertação nacional, já que se pressupõe a existência de uma acção diplomática que antecede a própria construção das bases pós-colonial e são tributárias das reminiscências do confronto bipolar.

A unidade africana é uma das pedras basilares da política externa de Cabo Verde. Sem esse dado primeiro, é impossível compreender não só a dinâmica política externa desse país pequeno e jovem, como o processo que o conduziu à independência em 1975.

A Constituição da República de Cabo Verde, confere um apoio incondicional à luta travada pelos povos oprimidos contra o colonialismo, o imperialismo, o apartheid e

manifesta a sua solidariedade combativa com todos os movimentos de libertação, particularmente com os do continente africano.

É neste sentido, que o primeiro programa do Governo, privilegiava-se a orientação para a integração regional e para o intercâmbio entre os Estados da sub-região.

Na visão da diplomacia cabo-verdiana, o diálogo e a concertação são os conceitos-chave para a realização da unidade africana, onde os seus povos possam materializar os seus anseios ao bem-estar e ao progresso, num vasto espaço de paz e desenvolvimento independente.

Sem prejuízo das conquistas alcançadas através da luta de libertação nacional, a República de Cabo Verde participa nos esforços que realizam os Estados africanos, na base regional ou continental, em ordem à concretização do princípio da Unidade Africana.

Numa época em que as posições individualmente assumidas, por este ou aquele Estado tinham muito a ver com a sua projecção e força no plano internacional (...) resultou que, ao integrar as suas posições individuais nas posições africanas e ao promover a defesa dos interesses regionais, Cabo Verde deu uma dimensão particularmente valiosa à sua política externa. (Silvino da Luz, 1991, p. 17)

Com base na observância dos princípios de amizade, igualdade e cooperação com vista ao estreitamento das relações com outros países africanos, registou-se um intenso intercâmbio político ao mais alto nível, com o Senegal, o Mali, a Nigéria, a Zâmbia, Argélia, Tunísia, Líbia e o Egipto.

Nas palavras de Costa e Pinto (2014), A diplomacia cabo-verdiana destaca como princípios orientadores, além do estreitamento das relações de boa vizinhança, a integração efectiva na sub-região oeste-africana, a reactivação política dos cinco (PALOP), bem como uma participação mais pró-activa nas organizações regionais e sub-regionais como sejam a União Africana, a CEDEAO, o CILSS, a Francofonia, etc., o que lhe confere uma responsabilidade acrescida no contexto político africano (...).

Alguns autores consideram que a integração de Cabo Verde com a África tem trazido resultados pouco significativas, das quais Nascimento (2009), aponta como factores que têm contribuído para o reduzido sucesso dessa experiência os seguintes: fraca interdependência económica entre o país e o continente, o forte vínculo nas relações económicas com a metrópole colonizadora, o mecanismo de trocas desiguais, a instabilidade política, militar e económica que caracteriza a maioria das regiões africanas, a

falta de unidade cultural, o facto dos principais parceiros comerciais de Cabo Verde serem, na sua maioria, pertencentes à zona euro.

Contudo, apesar de Cabo Verde ter conseguido progredir e muitos dos países africanos continuarem quase igual a época das suas independências, não significa que Cabo Verde nada tem a ganhar com a integração africana, uma vez que,

Como afirma Pinto (2005), (apud Nascimento 2009) “a integração regional, em vez de ser um factor limitador de integração de qualquer país em várias comunidades, constitui uma mais-valia, uma vez que as diferentes solidariedades complementam uma às outras”.

O mesmo autor acrescenta ainda que, “sem a integração regional não poderá haver integração no Mundo globalizado, e só o desenvolvimento regional abrangente poderia ajudar ou contribuir para solucionar os problemas globais da região”, isto é, de África.

É nesta perspectiva que, o governo afirma no seu programa 1985-1990, o seguinte:

“Conscientes das virtudes e da importância primordial que revestem as relações horizontais como forma de promoção e de emancipação colectiva dos povos do Terceiro Mundo e como contributo essencial ao estabelecimento de uma nova ordem económica internacional mais justa, uma atenção particular será dada à cooperação entre os países em desenvolvimento, assim como continuaremos a participar activamente na luta comum por uma soberania efectiva sobre os recursos naturais e para a liquidação gradual das desigualdades nos termos de troca”.

É evidente que a integração quer a nível regional como global foi das melhores opções que Cabo Verde poderia ter tomado já que, nenhum país consegue viver isolado, principalmente dos seus vizinhos.

Assim, como afirma Cardoso 1998 (apud Monteiro 2009) “nenhum país isolado poderá tirar proveito da regionalização da ordem económica mundial” e através dos “blocos regionais tem-se maior capacidade de preservação dos interesses nacionais”.

Esta opinião é partilhada por, Raimundo Lima³⁰, ao afirmar que, os Cabo-verdianos sabem que nenhum país consegue enfrentar os desafios de desenvolvimento sozinho. E por isso o seu propósito básico é o de exercer a soberania nacional com responsabilidade, em diálogo e cooperação com os parceiros dos diversos continentes.

Além disso, Cabo Verde apesar de ser um mercado pequeno, está bem situado para servir de ponte de ligação entre a América e o continente africano.

³⁰ Mensagens de Estado proferido na Assembleia Nacional, numa visita dos presidentes de alguns dos países parceiros de Cabo Verde.

6.2. Parceria especial Cabo Verde e União Europeia

Nos últimos anos, o Governo e a sociedade civil de Cabo Verde manifestaram várias vezes o desejo de que as relações entre Cabo Verde e a União Europeia evoluam no sentido de uma "parceria especial".

Segundo Teixeira, as relações entre Cabo Verde e a EU remontam a data da independência em 1975 e estão enquadradas pelo Acordo de Cotonu de 2000 e pela parceria especial. Com a entrada em vigor da Parceria Especial, em Novembro de 2007, um novo instrumento de natureza evolutiva, as relações entre a EU e Cabo Verde atingiram um novo patamar.

Assim, o documento da parceria especial Cabo Verde/ união Europeia, explica que, esta parceria representa uma abordagem política que ultrapassa a mera relação de dador-beneficiário e responde assim a outros interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento. Inscreve-se no contexto da aplicação do Acordo de Cotonu e procura explorar todos os aspectos do Acordo que permitem definir um novo modelo de cooperação UE/Cabo Verde.

O Acordo de Cotonu constitui o principal instrumento de ajuda da EU para Estados da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Trata-se da base para a assinatura dos programas nacionais e regionais de cooperação nos países ACP, denominados por Programas Indicativos Nacionais (PIN) e Programas Indicativos Regionais (PIR).

Ainda o Acordo de Cotonu permite a cooperação para o desenvolvimento, privilegiando a redução da pobreza, financiada essencialmente pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

A aproximação de Cabo Verde à União Europeia³¹ visa nomeadamente intensificar as relações e aumentar a integração entre as RUP e este país; além disso, Cabo Verde partilha com a UE várias prioridades estratégicas, nomeadamente no que diz respeito a segurança, como a luta contra os tráficos ilegais (droga, imigração clandestina, etc.).

³¹ Ibidem ou ibid

A nível regional, a UE apoia a integração de Cabo Verde na sub-região da África Ocidental, nomeadamente no âmbito da CEDEAO, e na ajuda contra a seca, no âmbito da CILSS.

O país beneficia de financiamentos em vários sectores de desenvolvimento cujos impactos directos e indirectos na vida das populações são inegáveis.

Recentemente a delegação da UE em Cabo Verde, anunciou que vai apoiar a luta contra os efeitos das alterações climáticas em CV, nomeadamente os relacionados com a seca prolongada, no valor de 1,25 milhões de euros.³²

A UE mantém também acordos de pesca com Cabo Verde, e este ocupa um lugar relevante no âmbito da cooperação entre EU e CV. O primeiro Acordo Geral de Pesca entre as duas partes foi assinado em 1990. Apartir desta data foram rubricados vários acordos e protocolos, privilegiando uma cooperação de longo prazo.

Ademais, diversos Estados-Membros da UE mantém acordos bilaterais de cooperação com Cabo Verde, nas seguintes áreas: a Alemanha, no sector dos recursos hídricos e da energia; Áustria, apoia os municípios, educação e formação, ajuda às micro-empresas; a Bélgica ajuda com alimentação, a França da assistência técnica, ajuda alimentar, educação e cultura, a Holanda ajuda na protecção do ambiente, assistência técnica e cooperação económica, entre outros.³³

Ainda, o documento da parceria especial refere que, “Cabo Verde tem uma vocação natural para servir de ponte entre os continentes Africanos, Europeu e Americanos, o que constitui o elemento fundamental em torno do qual a Europa e Cabo Verde partilham interesse e objectivos comuns.”

Neste contexto, Cabo Verde deverá participar enquanto parceiro numa cooperação policial e judiciária reforçada com a Europa. Graças à sua posição geográfica, o país pode dar um contributo substancial para a luta contra os tráficos ilegais e a sua abertura em matéria de segurança constitui um dos seus principais pontos fortes no processo de aproximação à UE.

O documento ainda sublinha o seguinte: “A União Europeia, principal parceiro de desenvolvimento de Cabo Verde, e aos respectivos países membros está reservado um

³² Disponível em: www.expressodasilhas.sapo.cv/sociedade. Consultado em 28/11/2015, pelas 13:49

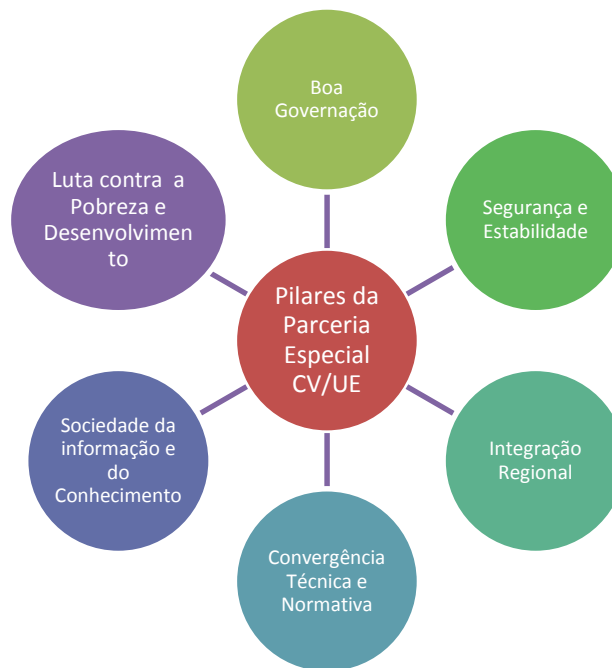
³³ Ibidem ou ibid.

lugar de destaque no que toca as relações político-diplomáticas, económicas, comerciais e de cooperação para o desenvolvimento”.

Assim, actualmente, um dos principais desafios com que a UE se depara consiste em promover um clima de paz e de segurança para além das suas fronteiras. Para tal, a UE tem constatado a necessidade de auxiliar os pobres na sua difícil luta contra a pobreza, tornando-se o parceiro mais próximo e mais importante do Terceiro Mundo em termos de comércio e de ajuda ao desenvolvimento.

O acordo privilegia seis pilares: boa governação; segurança e estabilidade; integração regional; convergência técnica e normativa; sociedade da informação e do conhecimento; luta contra a pobreza e desenvolvimento.

Figura 1 - Pilares da Parceria Especial



Fonte: (UE, 2008, pp. 33,49)

Desde a sua entrada em vigor em Novembro de 2007 houve ganhos particularmente nos pilares da segurança e estabilidade, boa governação e convergência normativa.

O reforço das relações entre a UE e CV nos últimos anos é prova destes ganhos com ênfase para a boa governação. Neste particular, Cabo Verde tem feito avanços significativos e é tido como um dos países modelo na sub-região africana.

6.3. Graduação de Cabo Verde à País de Desenvolvimento Médio

Desde 2003 que os critérios utilizados pelas Nações Unidas para a graduação ao grupo dos PRM são os seguintes: o rendimento nacional bruto per capita acima dos USD900, o índice de desenvolvimento do capital humano, e o índice de vulnerabilidade económica.

Segundo a regra da ONU, quando um país atinge dois destes critérios, é graduado, deste modo após várias consultas quer ao nível técnico, quer ao nível político, em Dezembro de 2004, a Assembleia Geral das Nações Unidas tomou a decisão para graduação de Cabo Verde à categoria dos Países de Rendimento Médio (PRM), mas devido a sua forte dependência da ajuda externa foi concedida uma estratégia de transição suave que garantisse o não-retrocesso no nível de desenvolvimento do País³⁴.

Figura 2 - Quadro de Evolução dos critérios de saída de Cabo Verde dos PMA 2003 e 2006.

Rendimento nacional por habitante em US\$			Índice do capital humano			Índice de vulnerabilidade económica		
2003	2006	% Var	2003	2006	% Var	2003	2006	% Var
1323	1487	11	72	82,1	14	55,5	57,9	4

Fontes: Relatório de informação ao Secretário- Geral das Nações Unidas sobre o processo de saída de Cabo Verde da categoria dos PMA.

Este quadro descreve a evolução dos critérios da saída de Cabo Verde dos PMA e ressalta uma tendência positiva no que se refere ao rendimento nacional e ao índice do capital humano. Em compensação, no que se refere ao índice de vulnerabilidade económica o país encontra-se muito aquém do nível da saída, o que explica as vulnerabilidades estruturais e ambientais com as quais o país é confrontado e pelas quais as autoridades não param de combater, com vista a encontrar soluções apropriadas para estes desafios.

A inclusão de um país na categoria de PMA está ligada às vantagens e condições de tratamento especial respeitantes ao comércio e à ajuda pública ao desenvolvimento, e isto traz algumas alterações ao país.

³⁴ Documento da parceria especial CV/UE

No que diz respeito ao comércio é de realçar que a adesão de Cabo Verde à OMC foi considerada uma nova era para o país, uma vez que constituiu um elemento essencial da estratégia para a inserção no mercado global, garantindo segurança acrescida tanto aos investidores externos como a Cabo Verde.

Já no domínio da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, foi todavia concedido um período de transição de três anos para a sua graduação efectiva, com vista a evitar ao país reduções bruscas da APD, da assistência técnica e das perdas das vantagens ligadas ao estatuto dos PMA, uma vez que, a APD tem um impacto substantivo sobre a economia.

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento foi um factor positivo para o desenvolvimento económico e social de Cabo Verde, contribuindo, em geral, para a melhoria das infra-estruturas económicas e sociais, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para o desenvolvimento dos sectores sociais e para os resultados globalmente positivos das reformas estruturais empreendidas em Cabo Verde, em particular nos últimos anos.³⁵

Nas palavras de Neves (2005), “Desde 1975, fizemos um percurso de sucesso, gerindo bem a ajuda pública ao desenvolvimento, e a ascensão a PRM, é uma primeira etapa nessa caminhada. Ela foi o resultado de um forte compromisso ético da classe política cabo-verdiana, desde a independência”.

Segundo o mesmo autor, em 2008, a transição para PRM, coincidiu com o eclodir da crise internacional, tendo por isso, feito aumentar as dificuldades e exigir de nós uma crescida capacidade de gestão do processo de desenvolvimento e, em especial das relações externas, tanto com os parceiros bilaterais como com as multilaterais.

Vieira (2007), partilha da mesma opinião, ao dizer que, a classificação de Cabo Verde como PDM, ao mesmo tempo que constitui um indicador dos ganhos e avanços conseguidos nas últimas décadas, coloca imensos desafios aos políticos e gestores da coisa pública, bem como a sociedade cabo-verdiana de uma forma em geral.

Seja como for, pertencer ao grupo dos PMA era crucial para que Cabo Verde tivesse acesso aos recursos da APD, concedidos sob a forma de donativos ou a taxas concessionais. Se hoje Cabo Verde está relativamente bem situado na sub-região Oeste africana onde está geograficamente inserido, em relação aos indicadores sociais e

³⁵ Relatório de informação ao Secretário- Geral das Nações Unidas sobre o processo de saída de Cabo Verde da categoria dos PMA.

em termos de desempenho económico, é sobretudo graças a uma utilização ponderada e a fins exclusivos de desenvolvimento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.³⁶

6.4. A diáspora como motor de desenvolvimento de Cabo Verde

A história cabovediana é marcado pela emigração, e por isso, a emigração é um sector que mereceu atenção dos sucessivos governos, principalmente do primeiro governo, uma vez que estes deram contribuições significativas ao país num momento que enfrentava as piores dificuldades.

Como se sabe, o Cabo Verde pós-colonial, era um dos países mais pobres, extremamente vulnerável, com ausência de recursos naturais, altas taxas de desemprego e, neste sentido a emigração passou a ser um aspecto importante, tanto para o bem estar dos cidadãos como também para o desenvolvimento do país.

Segundo Silvino da Luz (1991), um dos factores importantes levados em conta na actuação da diplomacia cabo-verdiana, desde os primórdios da independência nacional, tem sido, a existência de comunidades constituídas por nacionais cabo-verdianas no exterior.

Neste sentido, não se pode falar do desenvolvimento de Cabo Verde sem falar da emigração, uma vez que esta contribui muito para a situação em que se encontra Cabo Verde hoje, (PDM), já que a emigração é uma das principais fontes de rendimento do país, conforme comprovam os dados relativo às remessas.

Nas palavras de Cardoso (2004), a “emigração é um assunto que tem de ser ponderado em qualquer negociação internacional, quer a nível bilateral, quer a nível multilateral. É uma espécie de “colete de forças” para as relações internacionais”.

Para Corsino Tolentino,³⁷ A emigração sempre foi uma componente importante para as relações exteriores e, logo, para a diplomacia de Cabo Verde, por dois motivos: a independência afirmada na soberania e nas relações internacionais servem para defender e promover os interesses nacionais e o conceito de nação teve sempre duas vertentes - a dos residentes e a dos emigrantes.

³⁶ Ibidem ou Ibid.

³⁷ Entrevista realizada por nós.

Foi estas as razões de, logo após a independência o governo de Cabo Verde ter incentivado a emigração, já que a ajuda alimentar da comunidade internacional e as remessas dos emigrantes foram importante fonte de renda dos cabo-verdianos.

Isto confirma-se também nas palavras de Gonçalves (2010), ao afirmar que “desde cedo um dos objectivos dos governos era a salvaguarda dos interesses dos emigrantes uma vez que na situação em que o país se encontrava sem recursos que garantisse emprego a todos era fundamental que as saídas continuassem salvaguardadas, pois a contribuição dos emigrantes era indispensável para o desenvolvimento do país.”

Esta afirmação é partilhada também por Tolentino³⁸, ao dizer que, desde sempre, mesmo antes da formação do Estado, a diplomacia foi concebida como mecanismo de desenvolvimento nacional. As primeiras embaixadas e os primeiros consulados foram criados nos principais países de acolhimento de emigrantes cabo-verdianos.

Esta preocupação do primeiro governo de Cabo Verde, deve-se também ao facto de os Cabo-verdianos não terem se preocupado em saber se encontrariam ou não dificuldades, ou se seriam bem recebidos no País de imigração, preocupando-se apenas em melhorar o seu futuro e dos familiares que aqui ficaram vivendo em situações de extrema pobreza.

Deste modo, no primeiro programa 1975 a 1980, o governo estabelece como prioridade, “dar uma atenção especial as relações com os países que acolhem os nossos emigrantes a fim de proteger os interesses desses compatriotas e mantelos em ligação estreita com a mãe pátria.”

Podemos confirmar isso em vários artigos da nossa constituição, por exemplo, o artigo 7º, alínea g, mostra que é uma das tarefas fundamentais do Estado: “Apoiar a comunidade cabo-verdiana espalhada pelo mundo e promover no seu seio a preservação e o desenvolvimento da cultura cabo-verdiana”.

Também o artigo 11º, ponto 6 da CRCV, postula que: “O Estado de Cabo Verde mantém laços especiais de amizade e de cooperação com os países de língua oficial portuguesa e com os países de acolhimento de migrantes cabo-verdianos”.

Assim, entre as primeiras diligências efectuadas figuram a promoção da adesão de Cabo Verde à Convenção de Viena sobre Relações Consulares e acções no sentido da conclusão de acordos e convenções bilaterais na área consular e de emigração, bem como

³⁸ Entrevista realizada por nós.

convenções de segurança social em ordem a dar uma melhor protecção jurídica aos cabo-verdianos emigrados (Silvino da Luz, 1991).

O segundo governo ou seja o governo do MPD também mostrou a sua preocupação constante com os emigrantes, afirmando no seu primeiro programa (1991 a 1996) o seguinte:

“O Estado de Cabo Verde deve ser concebido como Estado-Nação ou Comunidade, abrangendo e estendendo-se às diversas comunidades sediadas no exterior, ultrapassando-se a ideia de Estado-território. A rejeição da ideia de “emigrante” e da sua configuração como mero “remetente de divisas”, para se passar a encará-lo como cidadão nacional no pleno uso e gozo dos seus direitos de cidadania e em pé de igualdade com o cidadão residente”

Também é neste período que, parafraseando Costa (2011), a prática diplomática, assume com maior acuidade a protecção dos interesses da comunidade emigrada, e a sua consagração como país útil na esfera internacional torna parte integrante da cultura estratégica nacional.

José Maria Neves, 2015, afirma que, “ Graças as comunidades emigradas nos quatro cantos do mundo e ao nível educacional das pessoas, Cabo Verde é um país muito aberto a ideias das diferentes correntes políticas, daí o sucesso da nossa experiência de construção democrática e de desenvolvimento.”

Acrescenta ainda que a contribuição dos emigrantes foi determinante para o processo de desenvolvimento de Cabo Verde, uma vez que já na primeira metade da década de noventa, cerca de 50% das transferências cobriram os investimentos em bens duradouros sendo 80% desse valor para construção de habitações e pequenas estruturas comerciais, e em 2012 as remesas dos emigrantes duplicaram o seu valor atingindo os 8 mil milhões de escudos.

Numa visita feita à Cabo Verde em Julho de 2004, pelo presidente do Parlamento Federal da Alemanha, o Dr. Wolfgang Thierse³⁹, este refere ao conhecimento que tem dos emigrantes cabo-verdianos espalhados pelo mundo, e afirma que, os emigrantes são importantes não só pelo facto de transferirem dinheiro para Cabo Verde, mas são sobretudo, importantes como charneira entre Cabo Verde e os outros países, como embaixadores da beleza e diversidade deste arquipélago que incentivam a todos a fazer uma visita a este lindo país.

³⁹ Mensagens de Estado, proferido na Assembleia Nacional.

A mais antiga comunidade cabo-verdiana na diáspora encontra-se nos EUA, e seguidamente nos países da Europa, mas os países que mais contribuem actualmente em termos de remessas são, Portugal, França, EUA e por último os países baixos, ou seja, não é onde se encontra o maior número de emigrantes que vem a maior contribuição ao País.

Segundo Gonçalves (2010), O elevado número da comunidade cabo-verdiana espalhada pelos diversos países estrangeiros é um factor que condiciona as relações do arquipélago com os seus parceiros, pois, a presença significativa dessa comunidade nos EUA, na Europa e em África, condiciona o relacionamento bilateral estabelecido entre Cabo Verde e os referidos países.

Em relação a emigração, a maioria dos nossos entrevistados partilham da mesma opinião que ainda há muito por fazer relativamente a questão dos emigrantes, nomeadamente no que se refere as questões burocráticas da nossa administração pública, da pequenez do nosso país e ainda o sentimento de abandono pelas embaixadas nos países de acolhimento. Embora com essas dificuldades a emigração tende a melhorar.

Nas palavras de Tolentino, na concepção do Estado, a emigração voltou a contar e a representação através de deputados e da escolha do Presidente da República não foi por acaso. Para ele, assim como “o povo, é o povo residente, migrante ou emigrante, a diplomacia tende a ser única e integrada”.

A emigração sempre foi uma componente importante para as relações exteriores, por isso, os executivos têm dado cada vez mais importância aos emigrantes, não só como fontes de remessas, mas como atores políticos com participação activa na sociedade Cabo-verdiana, apesar que ainda é condicionada pela falta de recursos e de instituições.

Deacordo com Neves⁴⁰, “os emigrantes estão sendo bem representados pelos nossos diplomatas, e isso é muito importante para o continuo progresso do país”.

Segundo Cardoso (2007), Cabo Verde é um dos países africanos de menores recursos, mas que tem gerido e aproveitado, de forma sábia, as suas escassas potencialidades e os fundos provenientes das elevadas remessas de emigrantes e da ajuda internacional.

⁴⁰ Entrevista realizada por nós á Osvaldo Neves.

6.5. Os principais parceiros de Cabo Verde

Desde cedo que Cabo Verde determinou como principal objectivo resolver a situação precária deixadas pelo colonialismo, e para isso as primeiras atitudes para resolver as suas inúmeras vulnerabilidades, foi promover uma política de abertura total a todos os possíveis doadores, de forma a obter recursos para primeiramente garantir a sobrevivência do seu povo.

Como afirma Pereira (1985), a diplomacia cabo-verdiana desde inicio, “começou a dar sinais claros, à comunidade internacional, de que a postura de Cabo Verde iria ser salutar e de abertura, mas coerente com os princípios norteares da acção externa cabo-verdiana, em defesa dos interesses nacionais”.

Nas palavras de Raimundo Lima (2005)⁴¹, Cabo Verde certamente não faz parte dos países que de algum modo podem mover as relações internacionais mundiais, porque é demasiado pequeno e modesto em recursos, para isso, mas é no entanto, um país que seguramente, oferece oportunidades de parceria e de negócios para aqueles que quiserem cooperar com ele. Além disso, Cabo Verde, apesar de ser um mercado pequeno, está bem situado para servir de ponte de ligação entre a América e o continente africano.

Segundo Reis (2010), os pequenos países para se desenvolverem, a partir de uma estratégia de integração, têm necessariamente que aprofundar e multiplicar as relações com outros países. Este aumento e aprofundamento das relações estabelece-se na esfera de proximidade regional na constante procura de recursos que permitam passar para patamares superiores de tecnologia, conhecimento, produtividade e acesso a mercados mais valorizados.

Assim Cabo Verde mantém relações regulares com cerca de meia centena de parceiros bilaterais e multilaterais, mas, em particular com a Europa aproximadamente uma dúzia, incluindo a Comissão Europeia, onde se encontram as principais dinâmicas de relacionamento e parcerias.

Tendo em conta um número bastante significativo de parceiros tanto bilaterais como multilaterais, vai-se fazer uma breve análise apenas de alguns, na medida em que, todos contribuem para o desenvolvimento do País. assim sendo, abordar-se-a os seguintes: Portugal, Luxemburgo, EUA, Alemanha, Brasil.

⁴¹ Mensagem de Estado proferido na Assembleia Nacional

6.5.1. Parceria Cabo Verde / Portugal

O objectivo central da política de cooperação portuguesa é, apoiar os países parceiros na redução da pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável. O sucesso de tal estratégia depende, em muito, da sua aceitação pelos países aos quais se dirige, tendo em conta as suas opções de desenvolvimento(...).

As relações entre Portugal e Cabo Verde, tiveram início logo após independência de Cabo Verde, foi precisamente em Julho de 1975, que os dois países assinaram na Cidade da Praia o primeiro acordo de cooperação, apelidado de Acordo Geral de Cooperação e Amizade.

Desde essa data até hoje, Portugal tem-se mantido como primeiro contribuinte da APD bilateral com Cabo Verde. É de se destacar que Portugal apoiou Cabo Verde no seu processo de graduação á PRM, e ainda a diplomacia portuguesa apoiou, em diversas instâncias, o país a beneficiar de uma parceria especial junto da UE.

Nas palavras do antigo Presidente de Jorge Sampaio⁴², Cabo Verde e Portugal mantém laços de grande importância na medida que Portugal é constituída pela presença de uma importante comunidade de origem cabo-verdiana, que têm dado uma grande contribuição no desenvolvimento de Portugal e o mesmo acontece em Cabo Verde. Além disso, nossos países são unidos por laços históricos profundos.

A cooperação entre Portugal e Cabo Verde vem-se desenvolvendo nos últimos anos a nível bilateral através dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC) executados com base em Planos Anuais de Cooperação (PAC). Também ao nível multilateral, tem participado em programas da UE, das agências das Nações Unidas, da CPLP e em parceria com outros doadores bilaterais na realização de projectos tripartidos.

No âmbito dos programas e projectos desenvolvidos, merecem referência: o Acordo de Cooperação Cambial; ampliação e modernização de Infra-estruturas; programa de apoio ao desenvolvimento do ensino secundário (PADES); concessão de bolsas de estudo, tanto em Portugal como em Cabo Verde; programa integrado de emprego, formação profissional e inserção social; centros culturais na praia e no Mindelo; ordenamento do território e reabilitação e preservação do património histórico.

Segundo Estêvão (2007),

⁴² Mensagens proferido na Assembleia Nacional em 2004.

O Acordo de Cooperação Cambial (ACC) entre CV e Portugal, muito embora seja um acordo de incidência cambial, tem um impacto considerável sobre o funcionamento da economia cabo-verdiana, quer pela sua influência sobre a gestão macroeconómica do país, quer pelos seus efeitos de aprofundamento das relações económicas e financeiros com Portugal e a UE. (CV, três décadas depois, p. 153)

O antigo presidente de Portugal, reconhece que o desenvolvimento das relações, é benéfico para os dois países e oferece perspectivas interessantes para o futuro, ao fazer a seguinte afirmação:

“Num país que conta menos de meio milhão de habitantes, as empresas portuguesas encontram aqui um mercado mais importante de que o de vários dos nossos parceiros na UE e o terceiro no universo da CPLP”.

Afirma que, estão em Cabo Verde um grande número de investimentos portugueses, surgindo aqui as primeiras experiências de deslocalização da actividade produtiva de Portugal.

Ainda Sampaio exprime as seguintes palavras, “nós portugueses acreditamos e apostamos no futuro de Cabo Verde. Hoje Cabo Verde representa para Portugal um parceiro político e económico muito importante. As nossas relações já não passam apenas pela política de cooperação”.

6.5.2. Cabo Verde e Brasil

Diferentes abordagens tentam explicar as relações entre o Brasil e o continente africano que advém desde o período colonial aos dias de hoje. Contam os cronistas que no século XVI, foram de Cabo Verde para o Brasil, a palmeira da Índia e a cana-de-açúcar, a semente do arroz e o inhame, e ainda espécies de gado vacum e caprino.

Enquanto que do Brasil veio o milho grosso utilizado na confecção da nossa cachupa, que corresponde a um dos símbolos mais fortes da simbologia cultural de Cabo Verde, e também a mandioca. Para além de muitos escravos que seguiram de Cabo Verde para o Brasil.

Numa discurso proferido pelo presidente da Assembleia Nacional, Dr. Raimundo Lima, aquando de uma visita a Cabo Verde do presidente Lula da Silva, afirma que, essas trocas foram dos factores que cimentou as nossas relações e as nossas idiossincrasias de sociedades profundamente marcadas pela África, de que Cabo Verde é parte integrante.

Para Livramento (2010), o primeiro acordo assinado entre os dois países foi o Acordo Básico de Cooperação científica e Técnica em Brasília no dia 28 de Abril de 1977.

este acordo tinha como objectivo contribuir para uma melhor avaliação de seus recursos humanos e naturais.

Para a mesma autora, “referente ao relacionamento político-diplomático do Brasil com Cabo Verde, o diálogo bilateral começa a ganhar força após a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação em 1979, que previa mecanismos de materialização da cooperação: as comissões Mistas”.

Nessa visita do presidente Lula em 2004, este afirmou que, Cabo Verde e o Brasil são parceiros naturais, já que partilhamos além da língua, o ritmo inconfundível de nossa música e a alegria de nossos povos. Estamos unidos na determinação de dar aos nossos conterrâneos o direito de sonhar com uma vida melhor.

Ainda, o presidente declarou que, o Brasil apoia Cabo Verde na OMC com a convicção de que interessa aos países em desenvolvimento um sistema multilateral de comércio forte e actuante. Acreditamos que a união dos países em desenvolvimento é a chave para o sucesso.

Também ficou estabelecido o apoio do Brasil no projecto da criação da primeira Universidade de Cabo Verde e o favorecimento a programas de especialização e pós-graduação a favor dos quadros cabo-verdianos. Apartir de então as relações de cooperação entre esses dois países tomaram um rumo completamente inovador e mais dinâmico.

Para Visentini (2003), (apud Monteiro 2009), as relações bilaterais e multilaterais são importantes tanto para o Brasil, como para África, pois contribui para o upgrade do continente africano e de suas capacidades internacionais, e para o Brasil porque para além de aumentar sua esfera de influência o país se afirma cada vez mais no cenário internacional.

Segundo o mesmo autor, um outro acordo importante, foi o facto do Brasil ter convertido uma dívida de Cabo Verde, que remontava desde a década de 80, estimado em cerca de quatro milhões de dólares, em projectos de investimento na área da educação.

As trocas entre o Brasil e Cabo Verde foram intensas no passado, originando muito do que é hoje a realidade natural, ambiental, cultural e humana dos dois lados do Atlântico. Cabo Verde, ao longo da sua marcha para o desenvolvimento tem podido contar com a cooperação do povo e do governo brasileiro.

6.5.3. Cabo Verde/ China

Segundo Tavares (2010), a “China foi o Primeiro país a estabelecer relações com o PAIGC, em 1960, daí o primeiro país a ser visitado por Cabral e que preparou os primeiros quadros político-militares”.

Cabo Verde iniciou relações com a China anos antes da independência, isto é, ainda no tempo de Amílcar Cabral, entretanto, devido a posição do PAIGC, a de não querer ficar do lado da China, fez com que, este cortou as relações com Cabo Verde, entre os anos 1967 a 1969.

Parafrazeando Aristides Pereira, «chegou uma altura em que nós não tínhamos como amigos nem os chineses nem os soviéticos. Porque os soviéticos exigiam que a gente tomasse posições com eles contra a China, e estes, por sua vez, exigiam que tomássemos posição contra os soviéticos. A nossa posição foi sempre esta: nós não somos comunistas não temos que tomar posição.

Deacordo com Tavares (2010), As relações diplomáticas entre os dois países foram restabelecidas a 25 de Abril de 1976, ou seja, Cabo Verde já era um Estado independente, e apartir daí as relações CaboVerde-China despartidarizam-se e passam a ser estatais. Pequim figura entre os primeiros países a instalar Embaixada no arquipélago.

Porém a criação da Embaixada de Cabo Verde em Pequim pelo Decreto-lei nº 41/97265 só foi efectivamente inaugurada em Julho de 2001, tendo a diplomata Edna Barreto, nomeada como Encarregada dos Negócios de Cabo Verde.

Em Setembro de 2005, Júlio Morais foi nomeado como o primeiro embaixador de Cabo Verde junto das autoridades Chinesas.

Tavares (2010), afirma ainda que a medida que a China se robustece economicamente, tornou-se mais ousada no estreitamento das suas relações com os demais países e simultaneamente mais solidária. Assim na década de 80, a China construiu os edifícios mais emblemáticos da capital cabo-verdiana: a Assembleia Nacional e o Palácio do Governo, para além de outros apoios que envia ao País, nomeadamente a nível da saúde.

6.5.4. Parceria Cabo Verde e EUA

Os EUA é uma potência mundial, que desenvolve relações de cooperação com praticamente todos os países a nível global, mas as relações de cooperação entre Cabo Verde e os EUA só adquiriram formalidade em 1977.

Cabo Verde é um país reconhecido a nível mundial pela sua boa governação, boa gestão da APD e das remessas dos seus emigrantes, conquistando assim, por parte dos EUA uma atenção especial, fazendo assim dos EUA o principal parceiro bilateral de Cabo Verde.

Segundo Monteiro (2009), em 2003 os dois países aprofundaram as suas relações de cooperação, mediante um concurso estendido a todos os países africanos, na qual, Cabo Verde passou a beneficiar das ajudas ao desenvolvimento prevista no programa Millenium Challenge Account dado que Cabo Verde apresentava indicadores positivos em termos políticos e governamentais, liberdade civil e gestão da APD.

Nas palavras deste autor, desde muito cedo, que os EUA se mostraram um país generoso para com Cabo Verde e este se afirmou como um país de mérito aos olhos dos EUA, pois, no quadro da sua assistência, os EUA têm vindo a apoiar Cabo Verde em diversas áreas, nomeadamente: ajuda alimentar, desenvolvimento económico, educação, ajuda humanitária, apoio na aeronáutica civil, luta contra o HIV/ SIDA, apoio a projectos de construção e preservação do património histórico, e graças a essa grande contribuição, Cabo Verde conseguiu progredir gradualmente.

CONCLUSÃO

A realização desta monografia representou para nós uma oportunidade única de aprendizagem de um tema que está intimamente ligado ao nosso curso e ao nosso país, uma vez que, a diplomacia foi uma das estratégias que os sucessivos governos vêm recorrendo para encontrar soluções aos problemas que afectam o nosso país.

Pode-se dizer que a diplomacia é um meio que vem sendo bem utilizado na condução da nossa política externa, dando contribuições bastante significativas para o desenvolvimento de Cabo Verde, podendo mesmo afirmar que a diplomacia vem sendo a principal via para resolver as dificuldades enfrentadas pelo País. Basta ver a situação atual do arquipélago que mesmo enfrentando ainda suas dificuldades não são nada comparados com as vividas no país durante ou no pós-colonialismo, tendo concluído que a diplomacia é uma constante inevitável na vida do país, desde os anos 60, que veio sofrendo algumas alterações mas sempre adaptando-se a elas. É esta capacidade de se adaptar aos condicionalismos interno e externo, que fez com que a nossa política fosse apelidada de pragmática.

Podemos conferir que os nossos diplomatas tem dados contribuições significativas no país, gerindo bem a ajuda pública ao desenvolvimento, e graças a essa boa utilização dos recursos, o país tem conseguido grandes ganhos, nomeadamente estar a beneficiar de uma parceria especial com a União Europeia, o financiamento de projectos pelo MCA, a sua graduação a PDM, entre outros ganhos. Entretanto um longo caminho á ainda a percorrer para que possamos viver num país onde não exista tantas desigualdades.

Partilhamos a ideia de que a actividade empreendida pelo movimento de libertação de Cabo Verde e da Guine (PAIGC), lançou as bases para orientação do país, uma vez que as negociações feitas pelo então partido como principal objecto a busca de apoios externos e de meios para independência e desenvolvimento do arquipélago tiveram sucessos, o que vem sendo seguido até hoje.

Tendo em conta ao exposto acima, constatamos que a nossa hipótese numero 1: “A iniciativa de Cabo Verde em estabelecer relações com ambiente internacional foi um grande contributo para o desenvolvimento do arquipélago”, se comprova, pois graças as relações de amizade e cooperação que o país mantém com o exterior trouxe grandes ganhos, basta analisar a situação que o país se encontrava nos primeiros anos da independência, que só foi ultrapassado graças ao apoio que recebeu do exterior como

forma de ajuda pública ao desenvolvimento, é claro que os esforços feitos no contexto interno, também contribuí muito, mas com certeza se o país tivesse optado pelo isolamento não teria sobrevivido ou seja não teria recursos para isso, aliás alguns autores afirmam que o país não teria seis meses de vida, mas graças as boas estratégias adotadas, Cabo Verde, tem evoluído e conquistado mais espaços no sistema internacional através da sua credibilidade e prestígio conquistadas.

Essa hipótese é também confirmada pela opinião dos nossos entrevistados, através da pergunta número 1, onde afirmam que os diplomatas têm dado o melhor desde a independência, e que sempre as negociações deram grandes frutos para o bem-estar nacional, apontando como exemplo os múltiplos tratados, as parcerias com as grandes potências, etc, isto é, concluíram que sem a diplomacia jamais chegaríamos onde estamos em termos de progresso gradual do nosso povo.

Em relação a segunda hipótese: “Os desafios que Cabo Verde tem ainda que enfrentar para alcançar o patamar desejado são maiores que as dificuldades encontradas no seu processo de integração”.

Verificamos que essa hipótese não se confirma, uma vez que, Cabo Verde já conseguiu grandes ganhos, e a sua graduação à PDM é uma prova disso, também estamos a cumprir os objectivos de desenvolvimento do milénio, beneficiamos dos apoios do MCA, temos o maior rendimento per capita da África ocidental. É claro que os desafios existem, são muitos, mas já fizemos um percurso de sucesso. Também essa hipótese foi refutada, de acordo com a opinião dos entrevistados, ao afirmarem que, os desafios ainda são enormes, mas não se comparam com os encontrados no Estado recém independente, o principal já está feito, ou seja, as bases já estão lançadas, agora é lutar para consolidar o desenvolvimento do país, rumo a sua efectiva estabilidade e sustentabilidade.

No que respeita a terceira e última hipótese: “Cabo Verde, não tem vindo a aproveitar da melhor forma as oportunidades externas de negócio”, também não se comprova, uma vez que, no desenrolar deste trabalho percebemos claramente que a nossa política externa tem seguido os melhores caminhos desde a independência, aliás prova disso, é a boa governação feita pelos sucessivos governos, classificação essa que foi atribuída pelas entidades doadoras tanto bilaterais como multilaterais o que significa que o país tem gerido da melhor forma as ajudas recebidas. É de realçar também que se o país não tivesse gerido bem a ajuda pública ao desenvolvimento, não teria superado os grandes

problemas enfrentados em 1975, e nem teria sido graduado a PRM, visto que, essa graduação só foi possível, pelo facto de ter gerido de forma eficaz a APD.

RECOMENDAÇÕES

Esta monografia é fruto de um longo percurso de pesquisas e análises, na qual espero que seja entendida como um pequeno contributo, para o enriquecimento de posteriores estudos, uma vez que, trata-se de uma monografia, e logo o tema pode ser analisada de forma mais aprofundada em trabalhos futuros.

Ao longo da sua realização, fui aprofundando os meus conhecimentos sobre o assunto e assim foram surgindo novas ideias e possíveis temas, dado que a diplomacia é uma área bastante abrangente, que pode ser objecto de muitas investigações, na qual deixo algumas sugestões para quem interessar continuar esta investigação que pode servir como uma base para novas pesquisas académicas e científicas, nomeadamente, para as seguintes possíveis temas:

- A diplomacia como estratégia da boa governação em cabo Verde;
- A diplomacia como principal motor de desenvolvimento do país;
- As várias áreas de atuação da diplomacia cabo-verdiana;
- A diplomacia no contexto da região Africana.

BIBLIOGRAFIA

A Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento. (2005). Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Amaral, D. F. (1997). Princípios de Direito Internacional Público. Avenida de Berna de Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Almada, D. H. (2010). Cabo Verde, A Revisão Constitucional de 2010 e o Advento da Nova República. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBNL).

Brownlie, L. (1997). Princípios de Direito Internacional Publico. Avenida de Berna / Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Capoco, Z. (2013). História das Relações Internacionais e da diplomacia .

CABO VERDE, Imagens De Dez Anos De Diplomacia 1975-1985. (s.d.). Edição do Ministério Dos Negócios Estrangeiros.

Cardoso, K. A. (2004). A Diáspora: A (Decima) Primeira Ilha de Cabo Verde. A Relação entre a Emigração e a Política Externa Caboverdiana. (Dissertação de Mestrado). Lisboa.

Cardoso, M. (2007). Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe - Educação e Infra-estruturas como factores de Desenvolvimento. Editada por IPAD.

Castro, T. (2012). Teoria das Relações Internacionais. Brasília: FUNAG.

Comissão das comunidades Europeias, " Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o futuro das Relações entre a UE e a República de Cabo Verde". Bruxelas. (2007).

Costa, S. (2011). A Política Externa Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica entre a África, a Europa e as Américas, . in Seminário sobre Ciências sociais e Desenvolvimento em África. Lisboa.

Cunha, J. d. (1990). Direito Internacional Público: Relações Internacionais (Aspectos Fundamentais do Seu Regime Jurídico). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Diáspora, I. C.-v. (2006). O Papel da Diáspora no Desenvolvimento de Cabo Verde. Praia.

Europeia, D. d. (s.d.). Relações entre a União Europeia e a República de cabo Verde. Palmarejo - cidade da Praia - Cabo Verde: GPSconsulting, Lda.

- Évora, R. (2004). Cabo Verde a Abertura Política e a Transição para a Democracia em Cabo Verde. Sleen Editora.
- Fonseca, J. C. (2007). Cabo Verde - Três Décadas depois.
- Gonçalves, A. M. (2010). Política Externa de Cabo Verde 1975 a 2008 (Dissertação de Mestrado).
- Governo, C. d. (2007). Programa do Governo para VII Legislatura 2006-2011. INCV, SA.
- Luz, S. M. (1991). Um País Pequeno Num Mundo Em Transformação - Balanço dos 15 anos Da diplomacia Cabo-verdiana (1975 - 1990). Praia: Ministério Dos Negócios Estrangeiros.
- Magalhães, J. C. (1995). A Diplomacia Pura. Bertrand Editora.
- Mediateca, C. G. (2007). Cabo Verde - Dez Ilhas, Um País, Cinco Continentes.
- Moreira, A. (1996). Teoria Das Relações Internacionais. Livraria Almedina - Coimbra.
- Moreira, A. (2011). Teoria Das Relações Internacionais.
- Morgenthau, H. (2003). A Política entre as Nações: A luta pelo Poder e pela Paz. São Paulo: Universidade de Brasília - UNB.
- Nascimento, E. M. (2009). A política de Cooperação em Cabo Verde. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Neves, J. M. (2015). Gestão das Impossibilidades.
- NGUYEN QUOC DINH, e. a. (2003). Direito Internacional Público. Avenida de Berna/ Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Parceria e Confiança - Mensagens de Estado. (2005). Praia - Cabo Verde: Alfa Comunicações, Lda.
- Pedro Romano MARTINEZ, e. a. (s.d.). Textos de Direito Internacional Público: Convenção De Viena Sobre Relações Diplomáticas. 6ª Edição.
- Pereira, A. (1985). Declaração do Camarada Aristides Pereira, Secretário Geral Do PAICV e Presidente da República, por Ocasão da III Legislatura da Assembleia Nacional Popular. Praia.
- Pereira, A. (1985). Mensagem de Fim Do Ano. Colectânea dos discursos proferidos por ocasião de apresentação de cumprimentos do Ano Novo. Praia.
- Pereira, A. (1985). X Aniversário Da Independência Nacional. Palácio da Assembleia Nacional Popular. Praia.

A Diplomacia: Sua contribuição no processo de desenvolvimento de Cabo Verde

Pereira, A. J. (2006). Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em África. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Pinto, S. C. (2014). A política Externa Cabo-verdiana num Mundo Multipolar: entre a Ambivalência Prática e a Retórica Discursiva. Lisboa.

Pires, P. (s.d.). Programa do Governo 1981 / 1985.

Pires, P. V. (2014). Programa do Governo de Cabo Verde. 39º Aniversário da Independência de Cabo Verde 1975 - 2014. Praia: Reedição.

Reis, V. M. (2010). Desenvolvimento em Cabo Verde: As Opções Estratégicas e o Investimento Directo Estrangeiro. Mimographus.

Santos, V. M. (2009). Teoria das Relações Internacionais - Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional. Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior De Ciências Sociais e Políticas.

Silva, S. V. (2012). Introdução às Relações Internacionais. Lisboa: Escolar Editora.

Tavares, P. B. (2010). Relações Cabo Verde - China: Balanço dos Trinta e dois Anos de Cooperação.(Dissertação em Ciência Política e Relações Internacionais). Universidade Nova de Lisboa.

Unidas, N. (2007). Relatório de Informação ao Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o Processo de saída de Cabo Verde da Categoria dos PMA. ONU.

Unidas, N. (2007). Relatório de Informação ao Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o Processo de saída de Cabo Verde da Categoria dos PMA. ONU.

Verde, G. d. (2011). Programa do Governo, para a VIII Legislatura 2011 - 2016. Praia.

Vieira, F. (2007). Combate por Cabo Verde. Praia, Cabo Verde: Alfa Comunicações.

Documentos Oficiais:

Constituição da República de Cabo Verde, 2010

Boletim Oficial: Lei Orgânica Nova

Programas dos sucessivos governos: 1975 - 2016

Sites Consultados:

www.governo.cv

<http://www.mirex.gov.cv>

www.expressodasilhas.sapo.cv/economia

www.espressodasilhas.sapo.cv/sociedade

<http://noticias.sapo.cv>

ANEXOS

Anexo A – Guião de Entrevista

Excelentíssimo Senhor(a)

Meu nome é, Marlene Helena Delgado, aluna do curso de Ciência Política e Relações Internacionais, na Uni-Mindelo e estou a elaborar a minha monografia sobre o tema: **A Diplomacia e sua contribuição no processo de desenvolvimento de Cabo Verde**. Para compreender melhor o tema em estudo, foi preparado algumas perguntas, na qual agradece a sua participação.

- 1) "A negociação constitui a parte mais importante da actividade diplomática."
Consideras que os diplomatas de Cabo Verde têm dado contribuições significativas a nossa política externa?
- 2) Será que os diplomatas de Cabo Verde têm-se preocupado em negociar e promover da melhor forma os interesses nacionais no exterior?
- 3) Segundo Morgenthau, hoje a diplomacia já não desempenha o papel espectacular e brilhante, mas sempre importante que ela representou antes. Na sua opinião, qual a diferença entre a diplomacia praticada nos primeiros anos da independência e a praticada hoje em Cabo Verde?
- 4) A necessidade da diplomacia tem-se verificado ao longo de milhares de anos. Será que a diplomacia cabo-verdiana tem seguido os melhores caminhos? As opções têm sido as melhores?
- 5) Que ganhos apontariam como resultado das boas negociações estabelecidas entre Cabo Verde e os seus principais parceiros?
- 6) Que balanço se pode fazer sobre a importância da diplomacia no desenvolvimento de Cabo Verde?

A Diplomacia: Sua contribuição no processo de desenvolvimento de Cabo Verde

- 7) Desde a independência que vários autores Cabo-Verdianos têm vindo a considerar Cabo Verde, como um país pragmático. Concordas com essa afirmação? Se sim, porquê?
- 8) Como avalias o desempenho das várias diplomacias (cultural, Social, económica, política e pública) desenvolvidas por Cabo Verde no contexto da sua política externa desde a independência até a actualidade?
- 9) O Governo apostou na diplomacia económica. Na sua opinião, foi uma boa aposta? Será que a diplomacia económica era o que mais precisava da atenção do Governo?
- 10) Na sua opinião, que estratégias a nossa diplomacia devem adoptar para internacionalizar mais o país?
- 11) A emigração representa uma importância crucial no desenvolvimento de Cabo Verde. Será que a actividade diplomática adopta um carácter representativo e de protecção dos interesses dos cidadãos cabo-verdianos no estrangeiro?
- 12) Quais tem sido os maiores desafios para a nossa diplomacia? Que percepção faz para o futuro da diplomacia em Cabo Verde?

